



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA-LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

LUCAS DE OLIVEIRA VIANA

ENSINO DOMÉSTICO E SUA PRESENÇA AO LONGO DA HISTÓRIA:
Relatos de pessoas que tiveram acesso a este tipo de ensino

ITAITUBA- PARÁ
2019

LUCAS DE OLIVEIRA VIANA

**ENSINO DOMÉSTICO E SUA PRESENÇA AO LONGO DA HISTÓRIA:
Relatos de pessoas que tiveram acesso a este tipo de ensino**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em História.
Orientadora: Prof.^a Ma. Elines dos Santos Batista.

ITAITUBA- PARÁ

2019

VIANA. Lucas de Oliveira

ENSINO DOMÉSTICO E SUA PRESENÇA AO LONGO DA HISTÓRIA: Relatos de pessoas que tiveram acesso a este tipo de ensino.

69 f.: il.

Orientadora: Elines dos Santos Batista

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba, 2019.

1. História. 2. Ensino doméstico. I.BATISTA, Elines dos Santos. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2019.

LUCAS DE OLIVEIRA VIANA

**ENSINO DOMÉSTICO E SUA PRESENÇA AO LONGO DA HISTÓRIA:
Relatos de pessoas que tiveram acesso a este tipo de ensino**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em História.
Orientadora: Prof.^a Ma. Elines dos Santos Batista.

BANCA EXAMINADORA

Presidente/Orientadora: _____. Nota: ____
Prof.^a Ma. Elines dos Santos Batista.

Avaliadora: _____. Nota: ____
Prof.^a Esp. Margaret Ferreira de Aguiar.

Avaliadora: _____. Nota: ____
Prof. Esp. Huyrismar Almeida Barros.

Itaituba – PA, 25 de novembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me permitiu e ajudou chegar até aqui.

Aos meus amados pai e mãe, ajudadores e conselheiros com os quais o bom Deus me presenteou.

A Daniely minha grande amiga e irmã vocacional

A minha orientadora prof.^a Elines pela competência, paciência e gentileza.

A Faculdade de Itaituba pela oportunidade.

Aos meus professores ao longo do curso, pelos conselhos e por tudo que ensinaram.

E agradeço também a todos os colegas de classe por toda ajuda e força que me deram. Obrigada!

A desescolarização da sociedade produziria uma mutação cultural pelo qual o povo recupera o uso efetivo das suas liberdades constitucionais; a aprendizagem e o ensino feitos por homens que sabem ter nascido livres e não por homens tratados para liberdade.

(IVAN ILLICH)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo compreender a prática do ensino domiciliar da antiguidade até os dias atuais, analisando como este modelo de instrução foi utilizado quando o Estado não estava presente ou não se interessava pelo ensino dos indivíduos, pois esta prática acontecia em casa ou era provida pela família por meio de conhecidos, mas que em tempos remotos foi a primeira forma de instrução possível durante as primeiras civilizações. Assim, levantou-se as seguintes questões de pesquisa: Como acontecia o processo de educação doméstica e qual sua importância? Será que somente o Estado pode ser considerado como único detentor da capacidade de prover instrução aos indivíduos? Para o desenvolvimento do estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e pesquisa de campo com emprego de questionários para coleta de dados, aplicado a duas pessoas que foram praticantes de educação doméstica, um professor particular e um estudante que foi alfabetizado em casa. Diante dos resultados foi possível constatar que mesmo em uma época em que os Estados quase que monopolizaram os meios de instrução, havia, em lugares onde seu poder ainda não tinha alcançado, assim a educação doméstica era o principal meio de se obter algum conhecimento. As duas entrevistas confirmam o que revela toda a bibliografia ou seja a ocorrência deste modelo educacional mesmo que em pequena quantidade nos dias atuais, no interior, nas áreas rurais onde o Estado não alcançava ou não tinha condições de levar escolas, mas as características do mesmo são similares as descritas na bibliografia pesquisada, sendo esta uma herança muito mais antiga do que parece, embora as memórias da maioria dos indivíduos não tenham ciência desta ou sequer consigam conceber a possibilidade de outra forma de instrução que não seja a institucional.

Palavras-chave: Ensino. Instrução Doméstica. Educação Moderna.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tenente Coronel Joaquim Caetano Correa.	34
Figura 2 - Itaituba-PA.	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 HISTÓRIA DO ENSINO DOMICILIAR	10
2.1.1 A educação doméstica na antiguidade	10
2.1.2 Educação doméstica na Idade Média	16
2.1.3 Educação Doméstica na Modernidade	20
2.1.4 A educação doméstica na atualidade	26
3 METODOLOGIA	31
3.1 TIPOS DE PESQUISA APLICADA AO ESTUDO	31
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	33
3.3 AMBIENTE DE PESQUISA	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS	36
4.1 ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O MODELO OFICIAL DE EDUCAÇÃO E O ENSINO DOMICILIAR NO BRASIL: DO IMPÉRIO AOS DIAS	36
4.2 PERCEPÇÕES DE PESSOAS QUE PARTICIPARAM DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR	54
4.2.1 Percepção do professor que ensinou por meio da educação doméstica	54
4.3.1 Percepção do aluno que foi alfabetizado por meio da educação doméstica	61
5 CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICES	72
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA	72
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA	74

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata-se da monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Faculdade de Itaituba, para obtenção de título de Licenciado Pleno em História e apresenta como tema a ENSINO DOMÉSTICO E SUA PRESENÇA AO LONGO DA HISTÓRIA: Relatos de pessoas que tiveram acesso a este tipo de ensino. O estudo teve como objetivo compreender a prática do ensino domiciliar da antiguidade até os dias atuais; analisar como este modelo de instrução foi utilizado quando o Estado não estava presente ou não se interessava pelo ensino dos indivíduos; e verificar qual a diferença do ensino doméstico e o ensino institucional, visto que hoje a educação doméstica causa certa estranheza aqueles que estão acostumados com uma educação institucional e que ignoram qualquer outra forma de ensino.

Na América do Norte desde a colonização, instruir os filhos em casa tornou-se uma prática comum, tanto que é nesta região que o movimento pro ensino em casa é mais forte. No Brasil tem-se hoje o ensino domiciliar como uma prática proibida pelas leis brasileiras, pela obrigatoriedade da matrícula em uma instituição de ensino estatal ou privada, esta última também regulamentada pelo Estado. A pesquisa faz uma análise no tempo para dar conta de entender este modelo na educação brasileira nos períodos colonial e imperial, pois era nestes tempos muitas vezes, a única alternativa de ensino, principalmente para as elites que detinham as condições financeiras e que não encontrando escolas para instruírem seus filhos, os punham sobre os cuidados de professores particulares.

No Brasil, o ensino doméstico foi uma prática bastante intensa, no entanto, atualmente sua prática é proibida por lei podendo ser até criminalizada. Por esta razão a escolha do tema se deu pela escassez de debates nos meios acadêmicos e pelo quase total desconhecimento sobre o mesmo, haja visto, esta modalidade de ensino ser antiga, podendo ser tão eficaz quanto o modelo atual e uma alternativa à este último para aqueles que detêm condições intelectuais ou financeiras de fazê-lo.

Portanto, o presente trabalho procura apontar as potencialidades desse modelo de ensino, aferindo novos desdobramentos de como a Educação Doméstica, conhecida como *Homescooling*, funciona em países onde sua prática é permitida,

quais os benefícios alcançados e como a negação do direito de fazê-lo retirar dos indivíduos o direito de autodeterminação.

Assim, levantou-se as seguintes questões de pesquisa: Como acontecia o processo de educação doméstica e qual sua importância? Será que somente o Estado pode ser considerado como único detentor da capacidade de prover instrução aos indivíduos? Para o desenvolvimento do estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e pesquisa de campo com emprego de questionários para coleta de dados, aplicado a duas pessoas que foram praticantes de educação doméstica, um professor particular e um estudante que foi alfabetizado em casa.

Esta monografia está estruturada em cinco partes principais, sendo a primeira a introdução. Na segunda parte aborda a fundamentação teórica, com uma revisão da literatura existente, onde pode-se localizar a prática do ensino domiciliar ao longo dos períodos históricos apresentando as várias características desta prática e apresenta as discussões atuais dos defensores do modelo educacional em pesquisa e suas implicações sociais, econômicas e jurídicas.

Na terceira parte, discute-se a metodologia empregada para se alcançar os objetivos e responder a problemática levantada por ocasião do projeto de pesquisa.

Na quarta parte é exposta a pesquisa sobre a realidade brasileira passada e atual do ensino em casa, desde a colonização, com um enfoque especial no período imperial, no qual vê-se disseminada com muita força a instrução doméstica e discutidos os resultados e análises da pesquisa, e por fim, a conclusão, fazendo uma análise dos resultados alcançados através do trabalho científico. Este estudo está fundamentado nos seguintes autores: Aranha (2006), Manacorda (2010), Barbosa (2013), Vasconcelos (2004), entre outros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRIA DO ENSINO DOMICILIAR

2.1.1 A educação doméstica na antiguidade

Antes de rastrear a origem histórica do ensino domiciliar, julgou-se necessário mostrar as razões que fizeram surgir a necessidade de instrução. Ao longo do trabalho optou-se por usar a palavra “instrução”, pois o termo educação é, em si, muito abrangente, ao se referir a todas as relações humanas que, no seu ato, fazem de alguma forma apreender algo e construir nossa personalidade cultural.

A palavra “instrução”, foi utilizada para melhor definir o processo que é o objeto e fenômeno histórico da pesquisa deste trabalho, que é o ensino voltado apenas para obtenção de conhecimentos acumulados durante a evolução de algumas técnicas necessárias à formação de pessoas preparadas para exercerem os novos tipos de funções na sociedade, tal como a escrita (MANACORDA, 2010).

A origem da necessidade de instrução surge ainda na Antiguidade com o aparecimento das civilizações mais complexas, nessas civilizações surge o Estado, que por sua vez, dá início a um complexo sistema administrativo e burocrático que passa a requerer indivíduos com habilidades específicas para exercerem essas funções administrativas. Na obra intitulada História da Educação e da Pedagogia,

Aranha (2006, p. 43) argumenta que: “[...] a manutenção da máquina estatal supunha uma classe especial de funcionários capazes de exercer funções administrativas e legais cujo registro era imprescindível”. A religião não se dissocia desse processo, pois, nesse período religião e Estado são praticamente uma só estrutura.

Como é possível perceber a religião é a primeira estrutura Estatal que faz nascer uma necessidade de conhecimentos necessários ao direcionamento espiritual dos demais, uma vez que ela é o núcleo aglutinador onde foi possível surgir aquilo que chamamos de sociedade organizada onde era possível viver sob as mesmas leis e princípios, estes últimos tendo sempre uma base religiosa.

Nas civilizações egípcias e mesopotâmicas nota-se esse mesmo processo, onde, o Estado e a religião criam um novo corpo de funcionários instruídos para estas funções. Aranha (2006, p. 43), informa que “os fenícios destacaram-se como

exímios navegadores e excelentes negociantes, e a invenção do alfabeto facilitava enormemente os registros das transações comerciais”. O florescente comércio nessas regiões, é outro elemento da vida cotidiana que passa a exigir o registro constante dessas das transações, e, para registrá-las é que surge a escrita.

No Egito a educação girava em torno das necessidades religiosas, tanto o ensino religioso como o técnico, se aperfeiçoava nos templos por sacerdotes que se encarregavam da iniciação de técnicas como a escrita e o aprendizado dos rituais e tradições. Na Mesopotâmia a principal forma de educação era a doméstica, ou seja, onde o pai se encarregava de transmitir aos filhos os conhecimentos acumulados com a experiência (ANDRADE, 2014).

Entretanto, a educação doméstica desse período se limitava a transmissão dos saberes provenientes da formação cultural, ou seja, crenças e habilidades práticas do dia-dia. Assim a formação intelectual dos egípcios possui avanços significativos em comparação a outras sociedades antigas.

O que foi bem observado por Manacorda (2010), este autor verbera que somente mais tarde que se formam centros especializados na transmissão dos novos conhecimentos recém desenvolvidos, como a própria arte de registro, ou seja, a escrita, a astronomia, matemática, os primeiros registros de história natural.

Os gregos absorveram dos povos mesopotâmicos a escrita através do alfabeto fenício, que ocorreu durante o período arcaico, no século VIII a.C. Entretanto, antes do surgimento da escrita no mundo grego a educação era estritamente familiar, ou seja, doméstica (ANDRADE, 2014).

Toda tradição era passada de pai para filho, a religião, os costumes e artes, que são práticas do cotidiano. Somente com a formação de uma aristocracia, que punha seus filhos sob o cuidado de preceptores começa-se a difusão de conhecimentos como a escrita e algumas ciências que na aquela época se desenvolviam (GILES, 1987)

Com o passar do tempo a Grécia, desenvolveu um modo de educação muito mais complexo do que a maioria das civilizações antigas. Esse ideal teria sido condensado na palavra Paidéia, que exprimia as várias características da cultura e modo de ser gregos (GILES, 1987).

O ideal homérico de educação, onde os jovens eram conduzidos a uma educação guerreira, preparava os jovens para uma vida de desafios em que a coragem e a força eram atributos essenciais a formação do homem grego e não

dava tanto valor a parte, digamos, da formação intelectual da educação como a leitura e a escrita, essas artes eram menos valorizadas do que a vida esportiva (GILES, 1987).

Na Grécia haviam dois modelos diferentes de educação, não que esses fossem os únicos, mas são os que mais se destacam e influenciaram as outras cidades estado, o ateniense e o espartano, este último era uma educação dada pelo Estado, que tinha o intuito de prepará-los para se tornarem soldados da mais alta capacidade de combate. O que influenciou esse tipo de educação em Esparta foi a concepção homérica ou heróica da formação de valores como a coragem e a honra. Esse é, sem dúvida, uma das primeiras e mais fortes formas de o Estado influenciar e conduzir, educação. Em Esparta o ensino para a instrução, ou seja, leitura, escrita, acumulo de conhecimentos não tinha importância pois, o ideal de formação espartano visava somente a formação de guerreiros e não de pensadores (GILES, 1987).

O ateniense é bastante diferente, pois em Atenas existia uma preocupação com a formação no sentido cultural dos cidadãos, é o que podemos verificar ao analisarmos a legislação elaborada por Sólon, em que se definem algumas regras para a educação. Segundo Manacorda (2010) nos revela, nestas leis falava-se sobre os deveres dos pais; “Além de fazer aprender e a nadar, prover a aprendizagem de um ofício para os pobres, e para os ricos, a aprendizagem da música e da equitação, além de praticar os ginásios, a caça e a filosofia”.

É a partir daí que já pode-se observar as primeiras intervenções do Estado na formação dos indivíduos, mas sem trazer para si essa obrigação, até mesmo por falta de estruturas capazes, fazendo da família o agente legítimo e provedora formação dos cidadãos.

É possível, através desse trecho, deduzir a existência de uma certa preocupação por parte do Estado em relação a instrução dos jovens, porém, à observação mais atenta vê-se que o estado não põe sobre si a obrigação de provê-la, antes o diz ser um dever dos pais, portanto uma educação doméstica, não no sentido de ser realizada somente em casa mas àquela altura já, haviam instituições não literalmente estatais. Esta educação particular, acima descrita, está ao alcance de uma pequena parte da sociedade, a aristocracia, com o intuito de não somente provê instrução a seus filhos, como também a manutenção de um status social.

Conforme Manacorda (2010, p. 87) a parte menos afortunada da população, dizia a lei: “que o pai procurasse ensinar ao filho um ofício”, mesmo que este pudesse aprender a ler e a escrever, pois completados os treze anos de idade a educação elementar se completava e, não tendo o pai condições de prosseguir com a educação de seus filhos os punham a trabalhar, enquanto os mais ricos prosseguiam com o seus estudos no ginásio.

Entretanto, estas escolas não eram nunca provenientes de uma política estatal “embora o estado já demonstrasse algum interesse, o ensino o ensino não se tornou obrigatório nem gratuito, predominando a iniciativa particular” (ARANHA, 2006, p. 65). Este é, sem dúvida, um exemplo de educação doméstica, não no sentido de ser realizado em casa, mas, sim como uma atitude tomada pela família.

Roma absorveu muito da cultura grega através da expansão territorial, mas a estrutura da sociedade romana é bastante diferente, pois, desenvolveu-se em Roma uma sociedade baseada na autoridade do pai ou como se costuma chamar, patriarcal, onde o homem tem toda autoridade sobre sua família, tanto que seu poder sobre os seus estava acima do poder do estado, pois o pai tinha o poder de julgar judicialmente os atos dos seus (GILES, 1987).

Na família patriarcal, diferentemente da atual família nuclear, concentrava todos os entes de uma família; filhos, famílias de seus filhos, irmãos, sobrinhos, cunhados e até escravos, todos em um mesmo pedaço de terra trabalhando com a agricultura, todos sobre a autoridade do pater-famílias. Neste tipo de sociedade onde o pai é a autoridade máxima, a educação e instrução certamente estarão a cargo dele, “o pai se encarregava pessoalmente da educação do filho” (ARANHA, 2006, p. 89). Aqui se tem claramente a presença de uma educação familiar, e, portanto, doméstica onde o pai é o provedor tanto da educação cultural quanto da intelectual.

O menino o acompanhava as festas e aos acontecimentos mais importantes, ouvia os relatos das histórias dos heróis e dos antepassados, decorava a Lei das Dose Tabuas, desenvolvendo desse modo a consciência histórica e o patriotismo. [...] prendia também a ler, a escrever e contar, bem como desenvolvia habilidades no manejo das armas, na natação, na luta e na equitação (ARANHA, 2006, p.89).

É possível notar que a aprendizagem não se dava apenas em um recinto fechado, ou seja a casa, onde o jovem segue uma rotina quase escolar com horários

e atividades definidas, pelo contrário a educação se dava na experiência do dia-dia com o pai que é acompanhado, e com isso o filho observa atentamente o comportamento do pai, como ele lida com as situações diárias fazendo assim com que o filho fosse instruído dentro da própria forma de ser romana.

Os romanos, assim como os gregos, também se dedicavam aos exercícios físicos, mas, em vez de um esporte, esses exercícios visavam a preparação de guerreiros, soldados para o exército romano que aquela época começava a sua expansão territorial. Caso o pai não pudesse cuidar pessoalmente da educação do filho ele o colocava sob os cuidados de um parente ou mesmo um escravo que seria seu preceptor (GILES, 1987).

A partir do século IV surgiram algumas escolas não de origem estatal, mas instituições particulares que fizeram a educação elementar das crianças, distanciando-as, em parte, da educação familiar e passando as mãos de uma instituição externa a instrução dos jovens. Roma, já em seu período republicano, com um forte e crescente comércio, dá início a sua expansão (ARANHA, 2006).

Desenvolve-se um complexo sistema administrativo e burocrático que passou a exigir uma mão de obra qualificada para ocupar esses postos de trabalho dentro do próprio Estado, essa demanda fez surgir a necessidade da criação de lugares que provesse a instrução necessária, foi então que a partir do século IV a.C., começaram a surgir escolas elementares, mas que eram totalmente desligadas de qualquer instituição estatal ou seja particulares (ARANHA, 2006).

Naquela época o estado romano ainda não se interessara em determinar e conduzir a educação dos jovens. Esse modelo de instrução, ainda que não realizados na casa ou por alguém da família, pode ser tido como um tipo de educação doméstica, não no estrito sentido do termo, mas por ser proveniente da família, pois é o pai que custeia essa instrução e aquele que instrui não tem nenhuma ligação ou dependência do estado (MANACORDA, 2010).

Atualmente, mesmo as escolas particulares que prestam serviços a pessoas em troca de uma certa remuneração, tem seus métodos e serviços ditados e fiscalizados pelo Estado. Esse ensino era realizado em qualquer lugar pois os professores não dispunham de um lugar próprio para fazê-lo, “os mestres eram simples e mal pagos e para desempenhar seu ofício ajustavam-se em qualquer lugar: tenda, entrada de um templo, ou de um edifício público” (ARANHA, 2006, p.90).

Já durante os séculos III e II a expansão comercial e militar romana, levou-a ao contato com os gregos, dos quais os romanos seriam absorvedores culturais. A partir daí Roma entraria em contato com o modelo escolar gregos, chamados gramáticos, nessas escolas os jovens romanos teriam os primeiros contatos com os clássicos da literatura helenística e também estudariam outras disciplinas como a geografia, a aritmética, geometria e astronomia, inicia-se também os estudos de retórica para o aperfeiçoamento das formas de falar e escrever (PILETTI, 2013).

Esse aspecto da apreciação romana da forma grega de instrução deu origem ao que hoje se tem por ensino superior, entretanto ainda em caráter particular, independente e não institucional também provido pela família

A distinção entre os três níveis de escola não era muito rigorosa. Aparte, o fato de que o ensino inicial das letras deve ter conservado por muito tempo seu caráter familiar, cada mestre procurava ocupar-se também das tarefas do mestre do nível sucessivo (MANACORDA, 2010, p.111).

No trecho acima citado fica explícito que os professores ou mestres como eram chamados, podiam ministrar o ensino em qualquer nível, onde é factível a total não institucionalidade do processo educativo.

Em seu artigo, *Educação no Estado Romano*, Melo (2005), chama a atenção de que havia um quarto grau de que se indexava ao ensino superior denominado Ateneu. Nesse grau e ensino eram ministrados cursos específicos da área do direito, medicina, arquitetura e gramática. Entretanto, apesar do caráter privado desse ensino, o estado já os mantinha sob vigilância e fiscalização para impedir que ideias contrárias as aspirações do império comessem a se disseminar.

“Augusto foi o primeiro a nomear funcionários com esse objetivo (MELO, 2005 p. 36)”, esta pode-se afirmar é uma das primeiras tentativas do Estado de controlar os indivíduos por meio da educação, algo, que segundo muitos críticos é feito com muito mais força atualmente.

Pode-se notar, que mesmo com alguma intervenção fiscalizadora do Estado, a educação romana, até esse período, da instrução elementar até o nível superior, era uma atitude livre, justamente pelo fato de não ser obrigatória, pois a família ou o indivíduo que seguia esse caminho, deve prover instrução a si mesmo ou aos seus, mesmo que, por meio de terceiros no caso dos mestres e preceptores particulares.

Outro povo e cultura que se espalhou pelo mundo e que merece sem dúvida ser destacada é o islã. Este aparece no século VII d. C. como uma religião monoteísta, que rapidamente se expandiu pelo mundo. O islã surge na península arábica com Maomé, que foi, segundo a tradição mulçumana o receptor de uma revelação divina dada por Ala, e com isso foi tido como profeta, líder religioso, político e governante do que viria a ser o império islâmico (PILETTI, 2013).

A cultura islâmica tornou-se muito rica devido à expansão e absorção cultural dos vencidos; os mulçumanos conheceram a cultura grega e transmitiram a outros povos, como exemplo; os cristãos escolásticos tiveram o primeiro contato com as obras de Aristóteles por meio dos árabes (PILETTI, 2013).

Na cultura islâmica a religião é o próprio Estado e, portanto a educação e a instrução estão fortemente ligadas à religião e seus preceitos. A principal função do aprendizado da leitura seria a necessidade de conhecer o alcorão que é o livro sagrado que contém todas as leis pelas quais a sociedade muçulmana se guia (GILES, 1987).

Dos métodos de instrução islâmica só temos notícias que a partir do século X foram criadas escolas primárias para o ensino da escrita e leitura, entretanto, antes desse período podemos presumir que havia algum tipo de educação doméstica, pois mesmo essas escolas não eram para todos e poderiam haver mestres particulares que ensinavam os jovens (GILES, 1987).

Segundo Aranha (2006) aprendia-se o alcorão, decorando, para que todos pudessem conhecê-lo e por meio dele educar-se moralmente. Esta autora argumenta ainda, que também haviam preceptores particulares, ou seja, mesmo que não haja tantos documentos que nos dêem notícia dessa prática, ela ocorria não raramente.

Esta deficiência documental se dá, em virtude da não institucionalidade do processo educativo, o fazia com que o mesmo não produzisse quase nenhum tipo de documentação histórica, que possa nos servir de fonte.

2.1.2 Educação doméstica na Idade Média

Com a queda do Império Romano, pelas invasões bárbaras, o império esfacelou-se dando início a um processo de ruralização da sociedade. Através desse processo originou-se uma nova estrutura social baseada nas três ordens.

Com os constantes conflitos as pessoas buscavam segurança ao redor do castelo, que eram distantes das cidades que geralmente estavam sob ataque bárbaro, com isso o comércio enfraqueceu a aquisição de produtos necessários a sobrevivência se dava através de trocas e a vida social e política muda drasticamente e a educação certamente não ficou de fora dessas mudanças (PERROY, 1994).

Aranha (2006, p. 103) frisa que: “as escolas desapareceram, o direito romano caiu no esquecimento, o comércio local restringiu-se, predominando os negócios a base de troca, o que levou ao quase desaparecimento das moedas”. De tal modo, o sistema escravista foi perdendo espaço na nova sociedade, pois agora os antigos escravos eram livres, entretanto dependentes do proprietário da terra.

Aos poucos a economia e o método de produção feudal foram se estruturando e dando início a um período que duraria mil anos. A sociedade feudal se caracterizou como uma sociedade aristocrática, baseada nas relações de dependência, ou suserania e vassalagem. De acordo com Le Goff (1964), a sociedade que se desenvolveu sob esses aspectos, era composta por três classes: o clero, ou seja, a igreja que neste período alcançou um auto grau de influência sobre a vida da sociedade; a nobreza, classe que detinha em suas mãos muitos poderes e privilégios; e o campesinato que constituía a maioria da população, e eram os responsáveis pela produção nos feudos.

A educação ou instrução da Idade Média para a maioria tem pouca importância, pois a estrutura social e produtiva constituída não necessitava de pessoas com algum nível de ensino, pois ela mesma sendo uma sociedade agrária, somente necessitava de mãos fortes para o trabalho com a terra, deixando de lado quaisquer aspirações intelectuais (ARANHA, 2006).

Esse argumento é válido para o campesinato, entretanto, até mesmo a nobreza que detinha as condições de educar-se segundo Bloc (2010) não demonstrava muito interesse, e até mesmo alguns reis desprezaram a instrução.

Otão o Grande que aprendeu a ler aos 30 anos, e Conrado II, cujo capelão confessa que não sabia ler. Como muitas vezes acontecia, tanto um como o outro haviam sido lançados muito jovens a numa vida de aventuras e perigos, sem terem tido tempo para se preparar, a não ser pela prática ou pela tradição oral, para sua missão de chefes (BLOCH, 2010, p.97).

Os constantes conflitos faziam da Idade Média um tempo insalubre para os interesses pela educação, como afirma Bloch (2010) acima citando os jovens que

eram lançados em uma vida perigosa, principalmente entre aqueles que disputavam o poder ou seja os membros das famílias dinásticas europeias e a alta nobreza.

Os constantes conflitos entre os senhores feudais necessitavam de exércitos para defender-se ou atacar. Esta situação fazia com que muitos nobres seguissem a vida como cavaleiro, o que lhe conferia prestígio e aumento do seu poder financeiro e político, porém, sem elevar sua condição intelectual a educação do cavaleiro não dava destaque à atividade intelectual, e muitos deles nem sequer sabia ler ou escrever, mas distinguiam-se pelas habilidades da caça e da guerra (ARANHA, 2006).

A mulher nobre na Idade Média é educada sempre em casa, o que caracteriza uma educação doméstica, como nos diz Aranha (2006, p. 111): “as meninas nobres só aprendiam alguma coisa quando recebiam aulas em seu próprio castelo”, onde estudavam a música, as artes liberais e os trabalhos femininos.

A igreja, dona de grande influência e com a maior parcela de pessoas capacitadas para ensinar, teve grande papel na educação na Idade Média, pois os mosteiros substituíram as escolas nas atividades instrutivas das pessoas. Nessas escolas priorizava-se o ensino religioso, a leitura e a escrita.

Na Idade Média é difícil rastrear o ensino doméstico pois, os historiadores evidenciam com mais frequência os modelos de ensino acima citados pois a uma vasta documentação que os comprove, ao passo que o ensino doméstico não nos deixou muitos registros, justamente pelo fato de ser doméstico, não se fazia necessário registrar, pois o mestre não tinha que prestar satisfações a nenhuma instituição. Apesar desses impasses documentais o ensino doméstico esteve muito presente na Idade Média pois parte da nobreza e a nascente burguesia que necessitava instruir seus filhos se utilizava desses modelo para dar instrução aos seus filhos (BLOCH, 2010).

Segundo Vasconcelos (2004) revela que a igreja católica, desde seus primórdios, baseando sua doutrina e ensinamentos na leitura e interpretação das escrituras, bem como as interpretações dos mesmos. Para tanto, fazia-se necessário que seus membros tivessem suficiente competência e conhecimentos das línguas, teologia, oratória entre outros. Por esta razão, não havendo instituições de ensino que abrangessem toda a demanda, recorria-se ao ensino doméstico como forma de se obter estes quesitos necessários a ordenação sacerdotal.

Vasconcelos (2004) chama a atenção para a lógica da igreja, pois eram necessários meios de acesso a instrução, bem restritos até então. Nesse sentido, torna-se necessário educar os meninos para a vida religiosa. A educação para aquisição de conhecimentos para esse fim é, inicialmente realizada no âmbito doméstico.

Percebe-se através destes fatos a influência da igreja na disseminação da prática do ensino doméstico, pois os pais que não tinham acesso a instituições de ensino passam a pagar para que seus filhos aprendessem aquilo que era necessário, pois, além de entrar na vida religiosa, os privilégios concedidos aos membros do clero e a seus bens faziam da vida religiosa algo concorrido (VASCONCELOS, 2004).

Entretanto, não é este aspecto que se deseja destacar, mas sim, o de como a educação em casa proporcionava o mesmo efeito de uma educação institucional, pois, se o objetivo seria aprender e dominar os conhecimentos o mesmo era alcançado com perfeição

Diante do princípio de obrigatoriedade de conhecimentos impostos pela igreja aos pretendentes a vida religiosa, os pais eram livres para a escolha de como se daria essa instrução, optando entre os conventos, as escolas imperiais ou confiando seus filhos a padres que os instruíam em suas casas, como também nas casas dos próprios aprendizes, variando conforme a condição social de ambos (VASCONCELOS, 2004, p.26).

Portanto, percebe-se como a educação doméstica foi de grande importância para disseminação de conhecimentos até então muito restritos, pois muitos que foram educados pela igreja, tornaram-se mestres e professores que ensinavam outros e através disso disseminavam conhecimentos, mesmo que ainda a um número pequeno, mas que trouxe conhecimentos e oportunidade.

Segundo Vasconcelos (2004, p. 25), “os discípulos educados pela igreja tornaram-se mestres hábeis, fazendo dos recintos dos claustros e conventos, lugares acanhados para conter toda ciência que ali se acha”.

Assim, é através destes mestres que vão sendo disseminados conhecimentos, o que faz romper a barreira dos seminários religiosos, fazendo da educação doméstica uma prática usual e comum para esta finalidade.

2.1.3 Educação Doméstica na Modernidade

A modernidade nasce com profundas mudanças nas estruturas de concepção, e visão do mundo do homem. Se na Idade Média os homens levavam em consideração uma autoridade universal divina no planejamento de sua vida, agora nesta nova era o homem passa a ser a medida de todas as coisas. Deus está em segundo plano, as coisas, os fatos e os fenômenos são analisados à luz da razão (ARANHA, 2006).

Por fim acentuou-se na Renascença a busca da individualidade, caracterizada pela confiança no poder da razão para estabelecer os próprios caminhos. O espírito de liberdade e crítica opunha-se ao princípio da autoridade (ARANHA, 2006, p. 124).

Embora fosse esse o espírito intelectual da época, estas novas concepções fossem apenas de domínio de uma pequena elite intelectual e a maioria maciça da população ignorasse quase que completamente esse novo ideário, mantendo ainda a velha estrutura mental adquirida da longa tradição, o que aqui não se julga, algo negativo.

O aprimoramento das técnicas artesanais fez se desenvolver uma nova classe na sociedade; a burguesia, e com o desenvolvimento do comércio e o enriquecimento da mesma, que se alia ao rei para fortalecer seu poder acima do da igreja e das autoridades locais como os senhores feudais e da nobreza. O fortalecimento das monarquias fez surgirem os estados nacionais que passariam a incrementar novas características nas sociedades bem como na educação que é o objeto do nosso estudo (MANACORDA, 2010).

A maioria dos colégios estavam sob os cuidados das ordens religiosas, que eram o principal centro de distribuição de conhecimentos desta época, entretanto, o espírito humanista começou a entremear à educação, “apesar disso, por iniciativa de particulares, logo foram criadas escolas mas bem adaptadas ao espírito humanista” (ARANHA, 2006, p.126).

Essas escolas estavam ainda restritas a um pequeno público; a baixa nobreza e a burguesia que queriam instruir seus filhos para que pudessem manter o *status* social e prepará-los para futuros cargos na administração, na política e principalmente nos negócios.

De acordo com Aranha (2006), apesar dessas mudanças na educação, o ensino doméstico a ser praticado por uma parte da sociedade, os mais ricos e a alta nobreza continuavam à serem instruídos por preceptores em seus próprios castelos. Para a maioria da população não havia instrução, pois para o trabalho diário e braçal não eram precisos conhecimentos científicos muito menos literários.

Desta forma, o que se observa nessa época é que: “a educação dos segmentos populares, em geral, não era levada em conta restringindo-se ao aprendizado de ofícios” (ARANHA, 2006, p.126). E para aqueles que recebiam alguma instrução, os programas de estudo ao longo da trajetória escolar ainda tinham como base de ensino as sete artes liberais mais conhecidos como *trivium* e *Quadrivium*.

No período moderno surge o pensamento liberal, e este imprime sua marca na educação doméstica. Na atualidade o fato do estado ter tomado para si a providência e o controle da educação, é visto com certa desconfiança por muitos, o que é o caso do pensamento liberal que com seu ideal de liberdade e independência dos indivíduos, ve na educação estatal um meio de controle exercido pelos grupos de poder que tem a máquina estatal em suas mãos.

(...) como corpo doutrinário, o liberalismo, está diretamente ligado com a liberdade (...) Quase desde o primeiro momento de sua história, almejou limitar o âmbito da autoridade política, confinar os negócios do governo aos quadros dos princípios constitucionais e, portanto tentou sistematicamente descobrir um sistema de direitos fundamentais que o estado não fosse autorizado a violar (LASKI, 1973 *apud* BARBOSA, 2013, p. 92)

Uns destes direitos fundamentais é o da auto determinação que segundo liberais, o Estado viola quando impede que alguns pais instruem seus filhos por conta própria sem passar pelo crivo estatal.

O liberalismo desde o início criticou e contestou o poder do Estado sobre todos os aspectos da vida humana. Inicialmente se colocava contra o mercantilismo praticado pelos Estados absolutistas que controlavam todos os aspectos da economia, mas a teoria liberal pode ser aplicada a muitas áreas da vida humana como a educação (BARBOSA, 2013).

Muitos teóricos do liberalismo criticaram os conceitos de liberdade presente na doutrina liberal, mas no que diz respeito a atuação do Estado na vida das pessoas, segundo Paim (1987, p 38): “a liberdade se traduziria não somente como

possibilidade de participação do poder, mas ainda na possibilidade de ser livre de seu poder, na visão de Benjamin Constant”, portanto, decidir sobre que modelo de educação é melhor para seus filhos sem sofrer represálias é estar livre do poder do Estado.

Alexis de Tocqueville faz uma reflexão sobre o conceito de liberdade e igualdade que é algo muito alardeado pelos defensores da educação estatal. Como argumenta (PAIM, 1987) Se todos são desiguais por natureza a igualdade só pode ser imposta coercitivamente pela lei. Paim (1987, p. 45): diz “que a moral social que é o sustentáculo de uma sociedade democrática bem constituída, sendo que na concepção liberal cabe a família, a escola e a religiosidade sua construção, e que não cabe ao Estado impô-la”, dessa forma é possível deduzir que qualquer forma de educação obrigatória seria uma violação aos direitos das famílias sobre seus filhos.

Ainda a respeito da discussão sobre liberdade e igualdade, “o Estado não deve interferir na religião dos cidadãos também deveria ter o direito de estabelecer o tipo de educação a ser dada uniformemente para todos” (HERBERT, 1978 *apud* BARBOSA, 2013, p.87). Estas observações foram, na época, um dos principais questionamentos dos liberais a um único sistema de educação, não propondo que uma educação não deva existir, mas que a possibilidade de pessoas que queiram optar por outra modalidade de ensino tenha o direito de fazê-lo, é pura e simplesmente uma questão de liberdade.

O ensino ofertado compulsoriamente pelo estado, não somente interfere nas liberdades dos cidadãos, como sua negação se apresenta mediante as críticas sobre a precariedade do ensino público, visto que todos reconhecem o direito a revoluções, ou seja o direito de negar lealdade e de oferecer resistência ao governo sempre que se tornem grandes e insuportáveis a sua tirania e ineficiência (THOREAU, 1849 *apud* BARBOSA, 2013, p. 93).

De acordo com o autor acima citado, o direito a revoluções ou seja oferecer resistência a imposições de Estados ou governos que firam as liberdades individuais é um dos alicerces do usufruto da liberdade. Esse impasse entre liberdade e obrigatoriedade ocorre principalmente na contemporaneidade onde os Estados detém meios de controle cada vez mais eficientes (HACHETTE, 1972).

Outro fator além da liberdade, para aqueles que lutam pelo reconhecimento da educação doméstica, é a questão da precariedade do ensino, que é uma realidade quase que homogênea no Brasil, onde, segundo os defensores da

educação domiciliar, a legislação obriga os pais a matricularem seus filhos em um sistema educacional ineficiente, quando muitos poderiam ser instruídos em suas casas com qualidade e diminuindo o gasto do próprio governo (BARBOSA, 2013).

Dos autores e estudiosos da atualidade que criticaram o sistema institucional de educação sobressai-se Ivan Illich, de origem italiana que escreveu suas principais obras na década de 1970. Um crítico veraz da instituição escolar e defensor de sua extinção. Para Illich as escolas foram criadas com o objetivo teórico não alcançado de promover a igualdade, entretanto a escola desempenha um papel reverso, se tornando um mecanismo de alienação dos indivíduos, que tomam por verdadeiros e legítimos os valores e a visão de mundo da elite que os domina para preservação dos seus interesses (ILLICH, 1973).

Para Illich (1973) a escola tem o monopólio da legitimidade a educação formal e que somente por essas instituições que se pode adquirir um saber legitimado e reconhecido socialmente, essa propaganda gera a concepção de que tudo que se aprende fora do âmbito escolar não tem valor.

Esta afirmação tem um fundo verdadeiro quando observa-se a necessidade de comprovação via diploma de uma capacitação para o exercício de qualquer função dentro da estrutura burocrática ou não do Estado. Um professor de história por exemplo, por mais autodidata que tenha sido e tenha adquirido grande cultura histórica não poderia exercer tal função sem a autorização do Estado via diplomação em uma instituição pública ou privada, esta última regulamentada de acordo com as regras do próprio Estado.

Illich também afirma que a obrigatoriedade da escolarização tira dos jovens a vontade e interesse dos jovens de aprendizagem independente e trata o saber como uma mercadoria. Para ele a verdadeira educação consiste em “despertar a consciência para novos níveis de potencial humano e usar os poderes criativos de cada um para melhorar a vida humana” (ILLICH, 1973. p. 77). O autor sustenta a afirmação de que os alunos passam anos em uma escola e quando dela saem não estão preparados para o mercado de trabalho e se não cumprem o período de escolarização adequado não tem oportunidade.

Para Illich (1973) a desinstitucionalização da escola é algo inevitável e que tal processo traria muitas e significativas mudanças, pois nada mais é do que uma mutação cultural pelo qual o povo recupera o uso efetivo das liberdades

constitucionais; a aprendizagem e o ensino feitos por homens que sabem ter nascidos livres e não por homens tratados para liberdade.

A maioria das pessoas aprende, a maior parte do tempo, quando faz aquilo que gosta de fazer. A maioria das pessoas é curiosa e quer incutir um significado a tudo aquilo com que entra em contato; a maioria das pessoas é capaz de uma intercessão pessoal e íntima com outros, a menos que seja estupidificada por um trabalho ou alienado por uma escola (ILLICH, 1973).

Portanto, em completa objeção a escola atual, as pessoas não precisariam cumprir programas preestabelecidos e poderiam aprender e ensinar quando quisessem, pois, a educação deve ser liberta dos alicerces ocultos de uma sociedade escolarizada”, (ILLICH, 1973), exercendo a mais perfeita liberdade de escolha. “Sociedade sem escolas” foi a obra mais conhecida de Illich na qual ele discorre suas críticas a educação institucionalizada através das escolas contemporâneas.

É quase impossível ter precisa noção da abrangência da educação doméstica nesse período da história, uma vez que a maioria dos historiadores consultados raramente se referem ao ensino doméstico de forma aprofundada, limitando-se a abordar somente os modelos institucionais de educação, sejam eles ofertados pelo estado ou pela igreja ou outras instituições. Isso ocorre devido ao fato de que esse modelo é mais facilmente verificável, pela maior produção documental que servem de fonte, enquanto a doméstica, por não necessitar prestar contas, não gera tantos arquivos, o que torna seu rastreamento mais difícil.

Apesar destas transformações na forma de se instruir, outro fato foi decisivo para essa transformação, a qual é fundamental uma investigação; A Reforma Protestante, que rompeu com a hegemonia da igreja católica e na forma de interpretar a Bíblia, apresentou uma interpretação individual e direta das escrituras sagradas, fez com que surgisse a necessidade de uma educação para todos, pois para que se cumprisse tal ideal, as pessoas teriam que ter o domínio da leitura e consequentemente da escrita, ao mesmo tempo que era este, um poderoso instrumento de propaganda da própria reforma (BOUDENS, 2002).

Como bem observa Aranha (2006, p. 127): “ao dar iguais condições de leitura e interpretação da bíblia a todos, a educação tornou-se um importante instrumento de divulgação da reforma”. É justamente sob estas condições que Lutero afirmava que cabia ao estado a obrigação de fornecer educação gratuita, pública e universal a

todos, o que nos faz perceber que começa a se formar o atual modelo de educação escolar de gerência e proveniência estatal.

Obviamente que a reforma gerou uma reação católica, esta denominada contra reforma, que por sua vez também deu sua contribuição para a educação da época. A igreja, para tentar conter a expansão do movimento protestante, incentivou a criação de ordens religiosas, com intuito tanto de conter a reforma, mas também de levar a fé católica a lugares não cristãos. Essas ordens servirão de instrumento para uma reeducação através dos colégios católicos (ARANHA, 2006).

As ordens religiosas desenvolviam o ensino elementar e até mesmo o superior na sociedade em geral. As ordens foram tão importantes que, em muitos lugares do mundo, eram os únicos educadores disponíveis, formando várias gerações como é o caso do Brasil com a ordem dos Jesuítas ou Companhia de Jesus (FAUSTO, 2006).

Deste modo, a educação doméstica, no período moderno, é sim uma realidade, mesmo que para uma pequena parte da sociedade. As pessoas que a praticavam viam-na como um meio eficiente de instruir os seus, além de seguro, pois, em casa a criança estaria sempre sob o alcance da vista dos pais.

Entretanto, educar alguém no âmbito doméstico era, nesse período, algo caro e, por esta razão, estava reservada a uma pequena parcela da sociedade, entretanto na atualidade com a grande facilidade de se obter informação, o ensino doméstico torna-se muito mais acessível e, portanto, uma prática comum em muitos países, agora não mais reservado a uma elite (VASCONCELOS, 2004).

Pelo que é possível perceber através da pesquisa, a modernidade traz consigo mudanças significativas para toda a humanidade. A modernidade traz consigo as grandes navegações e com elas descobertas do novo mundo; faz reaparecer também o renascimento artístico e filosófico de mundo antigo; produz uma reforma religiosa e por consequência desta última uma contra reforma causando um “racha” na cristandade e sua mentalidade, mas na história existem práticas que permanecem, e uma delas é a educação doméstica que continua sendo uma prática disseminada, não somente entre as elites mas entre muitos que receberam instrução naquela época.

2.1.4 A educação doméstica na atualidade

Nos dias atuais, a existência de lugares preparados para instruírem as pessoas tornou-se algo tão comum que a possibilidade de pessoas serem instruídas fora desses recintos é, para muitos, algo estranho. A escola institucional tornou-se um centro aglutinador e distribuidor de conhecimentos a todos ou pelo menos a maioria.

A Reforma Protestante e a Revolução Francesa trouxeram consigo a estatização quase que por completa da educação, pois o estado é agora o provedor, mantenedor e fiscalizador da educação. Entretanto, apesar desta “democratização” da instrução institucional, a educação doméstica resiste e toma folego em um movimento internacional que agrega cada vez mais adeptos por verem nesse modelo grande eficiência instrutiva que, em muitos casos, segundo seus defensores, supera de longe a educação institucional (BARBOSA, 2013).

Hoje, a educação doméstica é praticada em cerca de 63 países, dentre eles desenvolvidos como a Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Áustria, França, África do Sul entre outros. Segundo Barbosa (VIEIRA, 2012) há uma: “predominância do ensino em casa em países mais bem situados na escala do desenvolvimento humano e econômico”.

Deste modo, pode-se aludir que a eficiência do ensino domiciliar é algo arquiprovado, mas esta eficiência só pode haver em famílias com um alto grau de formação intelectual ou para aqueles com capacidade financeira de fazê-lo pois, com esses meios elas possam conduzir um processo instrutivo com qualidade.

Para Barbosa (2013) apesar de ensino doméstico ser uma prática mundialmente disseminada, a maior população de estudantes nesse modelo se encontra nos Estados Unidos, cerca de 2 milhões de estudantes até 2010. De tal modo, o ensino domiciliar era uma prática que nos Estados Unidos se sobressaiu a educação institucional até a década de 1870, e mesmo com a distribuição de educação escolar promovida pelo governo o *Homeschooling* –como é chamado nos EUA o ensino doméstico - continuou sendo praticado em pequena escala até a década de 1960, quando ela volta não somente como uma prática alternativa, mas como um movimento organizado.

Nos Estados Unidos apesar da prática do *homeschooling* estar presente desde os tempos coloniais por razões pragmáticas (como uma população esparsa e limitação de recursos) é a partir da década de 1970 que o movimento a favor de al modalidade de ensino emerge como uma alternativa a escola formal, representando um protesto político contra esta e, apresentando um crescimento contínuo (GAITHER, 2009 *apud* BARBOSA, 2013, p. 101).

Com a crescente adesão ao movimento de ensino em casa nos Estados Unidos, na década de 1980, logo surgiram instituições e associações que passariam a dar apoio jurídico as famílias praticantes, como é o caso da *Homeschool Legal Defense Association* (HSLDA) criada em 1983. A partir daí muitas mudanças e vitórias no âmbito legislativo ocorreram graças ao apoio desses grupos (VIEIRA, 2012).

Boudens (2002, p. 18) afirma que a HSLDA tornou-se também uma autêntica: “indústria do ensino em casa, responsável pela produção de material de apoio como vídeo, jogos, recursos, audiovisuais, livros didáticos, módulos (instrução programada), cursos por correspondência, ou seja um mercado em franca expansão”, portanto além do interesse educacional nesse movimento temos um interesse econômico, em parte ajuda no financiamento e manutenção da luta por esta causa.

Segundo Vieira (2012, p. 22): “recentemente os Estados Unidos contam com pelo menos onze organizações nacionais de apoio ao *homeschooling* e mais de mil e oitocentos associações espalhadas por todos Estados”, o que demonstra uma grande liberdade de ação, confiança e independência de muitas famílias norte americanas. O ensino doméstico é visto com tanta normalidade pela sociedade americana que a partir de 1993 o *homeschooling* já era legalizado nos 50 Estados da federação, e que pelo menos 37 desses estados possuem leis e estatutos que amparam a prática do ensino em casa.

Outro fator fundamental para a atual expansão do *homeschooling* na América foi a internet, passou a ser uma importante ferramenta de comunicação e uma forma de se adquirir conteúdos necessários ao ensino em casa. Neste sentido, Barbosa (2013, p. 102) comenta que:

[...] o estabelecimento legal do *homeschooling* coincide com a expansão da internet o que contribuiu para o seu crescimento na década de 90 facilitando o uso de materiais, pesquisas pedagógicas e a conexão entre as famílias *homeschoolers* (BARBOSA, 2013, p. 102).

Observa-se portanto que antes do surgimento da internet, cada família que optasse por instruir em casa se deparava com dificuldades que eram a aquisição de materiais, métodos de ensino entre outras coisas, estes problemas foram resolvidos com a facilidade e a rapidez do mundo virtual que oferece uma gama de matérias e conteúdos prontos para a prática de ensino.

Atualmente, observa-se que a imprensa americana tem apresentado algumas celebridades que tiveram uma educação doméstica e escolheram essa opção para seus filhos. Tal inclinação por esta educação tem contribuído para “desaparecer”, ou melhor, minimizar a ideia de que quem ensina em casa teria certa ligação com ideias hippies ou religiosas fundamentalistas, tornando-se para alguns algo até “elegante” GAITHER, 2009 *apud* BARBOSA, 2013).

Apesar do crescimento das populações de estudantes em casa, esta, se comparada com o resto da população, é ínfima. Isto acontece porque muitos pais e mães, principalmente estas últimas que tem disputado o mercado de trabalho com os homens, dedicam maior parte do tempo ao trabalho fora de casa, fazendo assim com que a maioria maciça frequente escola pública ou privada.

Dessa forma tem-se o difícil desafio que é trabalhar e educar. As escolas atendem essa demanda educacional com certa dificuldade, pois muitos pais sobrecarregam a escola com a difícil tarefa de instruir e educar, coisas embora parecidas, mas distintas. Quando se põe a cargo da escola essa dupla tarefa a mesma falha em desempenhá-la com sucesso por que professores não conseguem instruir ou seja passar conhecimento sobre as áreas de conhecimento, que é tarefa da escola, e educar ao mesmo tempo, educar ou seja passar valores, preceitos e princípios éticos é mais facilmente feita de maneira individual no dia-dia familiar.

É por esta negligência familiar que se tem os problemas de mau comportamento, violência no ambiente escolar e um ambiente degradado onde os pais não tem nenhum controle sobre as interações que os filhos tem em escolas, que podem ser desastrosas e traumáticas como e o caso do *bulying* MOREIRA, 2008. Esta situação torna a escola insegura e impotente e é mais um dos argumentos usados pelos educadores domésticos, de que suas crianças estarão mais seguras em casa aprendendo com os pais ou alguém designado por eles.

Os argumentos usados por aqueles que optam por instruir em casa, são diversos; ideológicos, religiosos e pedagógicos. Dentre os que fazem uma escolha ideológica ou religiosa do ensino em casa esta perspectiva segundo Barbosa (2013)

de que as escolas sejam elas públicas ou particulares não atendem as necessidades morais e espirituais dos seus filhos. Alguns pais de orientação conservadora ou liberal argumentam que as escolas passam ensinamentos que contrariam as concepções dos mesmos, e que eles têm o direito de educarem suas crianças dentro dos parâmetros morais e religiosos que sustentam suas condutas.

Vieira (2012) entende que as motivações morais e religiosas estão embrenhas na maioria dos pais, mas entre os que têm razões prático-pedagógicas está a insatisfação com a ineficiência da escola em instruir seus filhos e com os métodos empregados no processo ensino-aprendizagem. Muitos dos pais argumentam em favor de uma educação mais individualizada voltada para as necessidades especiais de cada criança, na segurança do lar longe de possíveis experiências negativas na escola.

De acordo com Luffmann (1997) *apud* Barbosa (2013, p. 126): “as crianças, sem as limitações da sala de aula convencional, poderiam aprender em seu próprio ritmo e reforçar suas habilidades individuais e pontos fortes”. O trecho ressalta as limitações da sala de aula em que um único professor não seria capaz de dar a atenção necessária à particularidade de cada aluno, pois muitos que desejam optar por esse modelo dizem que a criança em casa teria atenção necessária, com horários flexíveis e uma gama de metodologias de ensino que poderiam ser aplicadas.

O Estado embora não consiga desempenhar seu papel como provedor de uma instrução de qualidade, como é o caso do Brasil, não permite aqueles que queiram buscar uma outra via com os próprios recursos. Todas as constituições brasileiras desde o período imperial até a de 1988 permitiam, ou pelo menos não proibiam o ensino em casa, pois este método de educação era parte da cultura educacional da sociedade, principalmente até o século XIX, que segundo Vasconcelos (2004) é o período de maior ocorrência da educação em casa no Brasil. Entretanto com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que torna obrigatória a matrícula das crianças na rede regular de ensino, contrariando e desprezando toda a experiência histórica da sociedade instruindo no lar como pode ser visto no artigo da lei de diretrizes e bases da educação de 1961 que dizia:

Art. 30. Não poderá exercer função pública nem ocupar emprego em sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, o pai de família ou responsável por criança em idade escolar sem fazer prova de matrícula desta em estabelecimento de ensino ou que lhe esteja sendo ministrada educação no lar (BRASIL, 1961, p. 56).

Este artigo deixa explícito que instruir alguém em casa é possível e era um método legítimo perante o próprio Estado, ou seja há uma equiparação entre os dois sistemas. Além da obrigatoriedade da matrícula o estado dispõe de outros meios para fazer com que o maior número de crianças possível frequente escola, alguns destes meios são benefícios sociais que como o Bolsa família e o Bolsa escola, em que famílias mais carentes que desejem receber o benefício tem de atender a algumas exigências e uma delas é que a criança em idade escolar esteja matriculada em uma instituição regular de ensino e mantenha a frequência. Este é um meio bastante eficaz de fazer com que famílias em estado de vulnerabilidade social possam dar educação aos seus filhos.

Diante dessas informações são necessários muitos debates sobre o assunto, e que muito precisa ser estudado e avaliado sobre os direitos e deveres dos atores que lutam a favor da possibilidade de escolha de um ensino não institucional levando em conta o direito de autodeterminação bem como as necessidades dos principais atingidos por essas possíveis mudanças, que são as crianças e jovens que tem o direito de serem educadas e instruídas, seja por que modelo for.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOS DE PESQUISA APLICADA AO ESTUDO

Para que uma pesquisa seja realizada é necessário verificar o melhor método científico que corresponde ao tipo de estudo a ser efetuado. Para obter as informações e o conhecimento a ser captado, é preciso uma minuciosa análise dos dados obtidos e a descrição das técnicas empregadas na obtenção dos mesmos. Portanto, no âmbito de estudos acadêmicos é primordial que o conhecimento adquirido na pesquisa seja de cunho científico, onde Matias-Pereira (2010, p. 25) conceitua como:

O conhecimento científico é realizado por meio de investigação metódica escrupulosa e rigorosa e suprime tudo que há de individual e particular no conhecimento vulgar; recolhe os elementos comuns a uns tantos intelectos e que poderiam ser comum a todos [...] Resulta de constatar fatos e raciocinar sobre eles visando a descoberta de relações invariáveis, entre eles.

Desta forma, o autor ressalta a importância de uma investigação escrupulosa, ou seja, o rigor dos métodos científicos devem ser aplicados imparcialmente sobre os fatos investigados independentes das opiniões pessoais do pesquisador, entretanto o mesmo diz que é necessário raciocinar sobre os fatos para poder extrair deles resultados relevantes a serem destacados na pesquisa.

Com base nas ideias do autor pode se compreender que é de suma importância que haja o rigor científico em estudos acadêmicos, principalmente naqueles que sejam de relevância para a finalização de curso de graduação, e para tal feito é imprescindível que haja todo rigor científico válido para construção do mesmo. A cientificidade dos métodos empregados garante a legitimidade necessária a estudos sérios. O autor ressalta ainda que é essencial a utilização de métodos rigorosos, para que desta forma se alcance um tipo de conhecimento sistemático, baseado na verificação da realidade dos fatos (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Assim, para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica, visto que esta possibilita a fundamentação do trabalho em caráter científico a partir de autores e obras que demonstrem de que educação doméstica esteve presente desde a antiguidade, isto somente é possível através de acervo

bibliográfico, pois a documentação histórica ou fontes primárias não estão mais acessíveis. Desta forma, nesta pesquisa foram utilizados para discussões atuais dos temas trabalhos científicos como monografias, dissertações e tese, além de artigos que tratem da problemática em questão.

A pesquisa bibliográfica segundo Severino (2007, p.23) é: “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores em documentos impressos como livros, artigos, teses e etc”. Pois, como afirma, a construção de conhecimentos no meio acadêmico deve se dar a partir de vários autores (...). Assim, o levantamento de bibliográfico é uma busca por obras que possam ser utilizados na elaboração do seu estudo.

Sendo assim, as pesquisas bibliográficas são cruciais nas elaborações de pesquisas acadêmicas pois as mesmas são fontes riquíssimas onde estudantes norteiam seus trabalhos por caminhos já percorridos por estudiosos de grande prestígio, e por conseguinte fazendo com que a pesquisa realizada através dessas obras tenha validade e legitimação científica.

A pesquisa bibliográfica norteia o trabalho científico acerca de fatos já decorridos e captados por estudos já realizados do tema a ser trabalhado pelo pesquisador. Na área da história, em que se trabalha com ações, fenômenos ou fatos já ocorridos, a bibliografia torna-se muitas vezes o único recurso disponível a pesquisadores sem acesso direto a fontes primárias, quando estas transmitem as informações sobre algo não mais praticado, ou movimentos extintos.

Mas, quando o tema abordado pelo pesquisador foi e ainda permanece como prática decorrente por meio de agentes que tiveram ou ainda permanecem em contato com o objeto da pesquisa é possível realizar uma pesquisa de campo e ter acesso à uma fonte primária, permitindo fazer um comparativo entre o antigo e o atual como é o caso do tema evidenciado por esta pesquisa, o ensino doméstico, que apesar de muito antigo ainda é prática corrente.

Assim, foi utilizada a pesquisa de campo, que conforme Severino (2007, p.123):

[...] O objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais, em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador abrange desde os levantamentos, que são mais descritivos, até estudos mais analíticos [...].

De tal modo, a coleta de dados é feita conforme a realidade local sem manipulação ou modificação das informações colhidas, possibilitando a veracidade da pesquisa obedecendo e caracterizando o rigor científico que é de fundamental importância neste tipo de pesquisa, pois trata-se da análise com base no campo e objeto estudado.

Para fazer a coleta de dados foram utilizados questionários, que segundo Gil (1999, p.128) é descrito como: “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito á pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas”. Caracterizando assim um instrumento interessante de ser utilizado e possibilita uma coleta de dados mais significativa para o estudo.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa foi aplicada e vivenciada no período do mês de abril do ano de 2019, observando-se a relação entrevistado e entrevistador e captação dos dados a serem analisados e discutidos. A coleta de dados foi realizada com duas pessoas um é um professor aposentado que teve sua carreira como docente iniciada como professor contratado por uma comunidade rural sem nenhum vínculo com o estado e o segundo entrevistado foi estudante que teve seu primeiro contato com instrução por meio da educação doméstica.

Os questionários foram aplicados aos dois pesquisados com perguntas diferentes, pois embora ambos tenham estado em contato com o mesmo fenômeno da educação doméstica, foram em papéis diferentes. O questionário elaborado para o professor teve a finalidade de buscar informações sobre seu contato e atuação como mestre particular, sua visão do modelo doméstico em que atuou primeiro, os detalhes dos seus métodos empregados no processo ensino, e sua análise do atual modelo de educação. Ao ex-aluno foi elaborado um questionário que obtivesse informações sobre a infância do entrevistado, seu modo de vida seu contato com educação doméstica, a forma como se deu entre outras informações que transmitisse como este fenômeno esteve presente até a alguns dias.

3.3 AMBIENTE DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Itaituba, em que o município foi fundado pelo português Joaquim Caetano Correa em 15 de dezembro de 1856. O nome da cidade é originário da língua Tupy Guarani, que significa, ITA=Pedra, I=Pequena, TUBA=Abundância, que traduzindo, seria lugar de pedra miúda, devido à beira do rio ter muitos pedregulhos (ALMEIDA, 2017).

Joaquim Caetano Corrêa chegou ao município no ano de 1836, trazendo em sua companhia sua esposa Francisca Maria, da aldeia de Uxituba em Santarenzinho, e teve vários filhos com ela. Devido à insistência para a desbravação ganhou do governador do Grão-Pará, o título de diretor dos Mundurucus, o qual mandava balanços para a capital paraense descrevendo a quantia de índios existentes na região e sua produção (ALMEIDA, 2017).

Observa-se que Joaquim Caetano Correa teve grande importância na história da formação não só deste município, mas de toda região do Estado do Pará, participando das atividades políticas e das atividades de exploração e exportação dos produtos que eram cultivados nestas terras.

A figura 1, a seguir mostra Tenente Coronel Joaquim Caetano Correa.



Figura 1 - Tenente Coronel Joaquim Caetano Correa. Fonte: <http://hierofantedochaos.blogspot.com.br/>

O acesso ao município pode ser realizado por vias aérea, terrestre que incluem as rodovias BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica), e via aquática, através do Rio Tapajós. O município de Itaituba,

entre meados da década de 1980 e início da década de 1990, tinha sua economia intensamente baseada na extração do ouro no Vale do Tapajós, maior região aurífera do oeste paraense. Nesta temporada, estima-se que tenham sido exploradas da região mais de 500 toneladas de ouro. Em virtude do garimpo, o Aeroporto de Itaituba teve uma das maiores circulações em pousos e decolagens de aeronaves no mundo (ALMEIDA, 2017).

No entanto, notou-se também um crescimento desordenado da cidade, com um expressivo aumento da pobreza em áreas periféricas, bem como uma grande degradação ambiental originada pelo mercúrio. Com o declínio da exploração do ouro (no início da década de 90), na cidade começou a surgir iniciativas de atividades ligadas principalmente ao setor agropecuário e madeireiro (ALMEIDA, 2017).

A figura 2 a seguir mostra o cartão postal do município de Itaituba:



Figura 2 - Itaituba-PA. Fonte: <http://hierofantedochaos.blogspot.com.br/>

Os entrevistados não são nascidos em Itaituba, vieram quando pequenos para cidade migrando com suas famílias. Algo muito comum a época por conta da extração do ouro nos garimpos. No entanto, os entrevistados não tiveram contato com a extração de ouro, eles eram, junto com suas famílias agricultores em comunidades muito distantes e muitas vezes de difícil acesso e por esta razão tiveram que recorrer a educação doméstica, um como mestre particular e o outro como estudante.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O MODELO OFICIAL DE EDUCAÇÃO E O ENSINO DOMICILIAR NO BRASIL: DO IMPÉRIO AOS DIAS

Esta pesquisa de cunho bibliográfico teve sua fundamentação por meio de autores que desenvolveram suas pesquisas voltadas para a educação doméstica, refletindo não apenas a sua trajetória histórica, mas colocando em evidência a sua prática enquanto processo de evolução social da humanidade.

Dessa forma, da antiguidade passando pelas primeiras civilizações o que se vê é a educação doméstica como primeiro modelo de formação e integração social das pessoas. A aparição das primeiras formas de Estado, segundo Aranha (2006) forçou a sociedade a procurar um meio de instruir-se com a perspectiva de atuação dentro do próprio Estado, ou seja, alguém com habilidades específicas para exercer determinada função social, encontrou-se no lar o único espaço capaz de oferecer instrução, e na família a provedora.

De acordo com o autor acima citado, nada mais natural pode ser constatado além desse resultado, pois a primeira forma de integração social que existe para os seres humanos é a família que é a célula formadora da sociedade, e portanto, a quem deveria caber a escolha do modelo educacional que lhe pareça mais adequado.

Já em Roma por exemplo com a sociedade patriarcal vê-se a total independência da instituição familiar em relação ao Estado ou seja este último não está acima da primeira e portanto não poderia subjugá-la ou impor-lhe nada que ferisse sua autonomia. Prova cabal desta afirmação é o direito jurídico que o pai tinha sobre seus filhos podendo até executá-los em caso de algum crime cometido contra a família (ARANHA, 2006).

No contexto Medieval, pode-se observar a educação doméstica como modo de ascender socialmente ou manter um *status* já adquirido. Dentro de uma estrutura social moldada pela igreja, uma instituição com uma estrutura interna que fez com que a educação domiciliar fosse um meio de fazer parte dessa estrutura, pois a estrutura do Estado havia sido dissolvida em meio as invasões bárbaras e o único centro catalisador de ordem e poder que havia sobrado era a própria Igreja, isso quando ela mesma a partir de um certo período passa a tomar conta da educação

com a criação de escolas nos mosteiros que ficavam a cargo dos próprios padres e sob administração direta da própria igreja uma vez que não haja Estado centralizador ou que não se preocupava com estes assuntos (MELO, 2005).

Por outro lado, com a reestruturação dos Estados Nações, há uma continuação da prática do ensino doméstico como modo de alçar instrução e possivelmente fazer parte dessa nova estrutura social. Com o tempo, o próprio Estado lança perspectivas de ampliação de seu poder e começa a atuar nessa área, dando início ao que chamamos de educação estatal (MANACORDA, 2010).

Por meio desta evolução do poder e da atuação do Estado, culminará nas situações verificadas, onde o mesmo deu origem e incentivo a educação doméstica, e atualmente (pelo menos no caso brasileiro) luta para suprimir uma prática que ele mesmo deu origem.

Dentro das discussões atuais acerca da temática abordada por essa monografias por exemplo, observa-se que existem os que são a favor da liberdade de escolha das famílias e os que contestam o modelo doméstico de educação. Os primeiros advogam que o seu direito como pai ou responsável pela criança é inalienável e que o Estado não deve interferir caso decidam optar pelo modelo por eles defendido.

A este debate, Vieira (2012) verbera que a maioria dos pais não quer a destruição das escolas convencionais, pelo contrário, a maior parte deles é a favor que hajam escolas ofertadas pelo governo, mas este deve se abster de regulamentar o ensino domiciliar, pois acreditam ter o que eles chamam de “direito de divino” sobre a educação e formação moral das crianças.

Atualmente os pais têm buscado novos argumentos a favor de sua preferência educacional, e para isto, se utilizam de autores e estudiosos contestadores do modelo institucional, destaca-se uma certa inclinação pelos estudos de Ivan Illich, um severo crítico das modernas instituições que atuam principalmente na área de formação dos indivíduos.

Segundo Illich (1971), estas instituições foram criadas para atenderem necessidades reais das pessoas na tentativa de dar iguais oportunidades a todos. No entanto, estas instituições têm dentro de sua atuação contradições que as fazem justamente produzir resultados contrários aos seus objetivos teoricamente calculados. Para ele, as instituições além de modelarem as concepções da realidade das pessoas, impõem a forma de pensar da classe dominante, produzindo o que ele

chama de estratificação social, ou seja, um problema que só poderia ser resolvido com a criação de mais instituições, dando início ao um “ciclo vicioso”.

O autor comenta ainda que as escolas além de terem o monopólio da educação, há uma propaganda subjetiva da mesma, de que somente por meio da escola se tem o conhecimento legítimo e que fora dela qualquer conhecimento aprendido não tem valor. Esta afirmação pode ser constatada quando se observa e não é encontrado o sentimento de autodidatismo ou seja aprendizagem independente.

De tal modo, a verdadeira educação significa na visão de Ilich (1973, p. 77): “despertar a consciência para novos níveis do potencial humano e usar os poderes criativos de cada um para melhorar a vida humana”. Para o alcance de tal resultado o autor propõe e enxerga a desinstitucionalização da escola como algo incontornável, pois a desescolarização da sociedade produziria mudanças intensas e que tal processo nada mais seria do que:

(...) uma mutação cultural pelo qual o povo recupera o uso efetivo das suas liberdades constitucionais; a aprendizagem e o ensino feitos por homens que sabem ter nascido livres e não por homens tratados para liberdade. A maioria das pessoas aprende a maior parte do tempo quando faz aquilo que gosta de fazer; a maioria das pessoas é curiosa e quer incutir significado em tudo aquilo que entra em contato; a maioria das pessoas é capaz de um intercurso pessoal e íntimo com outras pessoas, a menos que seja estupidificada ou desalienada pela escola (ILICH, 1973, p. 28).

A obra mais conhecida de Ilich foi “Sociedade sem Escolas”, onde o autor expõe todas as suas severas críticas a institucionalização da educação, e propõe a total eliminação desse modelo educacional. Entretanto, a eliminação por completa do modelo vigente de forma abrupta traria consequências caóticas, pode-se dizer pois, uma vez eliminados todos as escolas, quem instruirá os jovens e crianças? Todos os pais teriam condições financeiras, intelectuais ou mesmo o tempo livre para instruir os próprios filhos?

A maioria maciça dos pais de alunos, principalmente no Brasil, seriam incapazes de alfabetizar seus próprios filhos, não por uma incapacidade cognitiva, mas por uma série de fatores cotidianos e econômicos que tornariam impossível essa prática. Portanto, a defesa do ensino doméstico pode ser feita com base no princípio de liberdade dos indivíduos, ou seja, aqueles que quiserem e tiverem

condições financeiras ou intelectuais de fazê-lo que possam poder optar por essa prática sem represálias do Estado.

Outro autor e estudioso da educação domiciliar foi John Holt, um educador estadunidense que também influenciado por Ilich lutou e propagou o *homeschooling* como uma alternativa a educação institucionalizada, escrevendo vários livros sobre o assunto e fazendo um trabalho de divulgação por todo país através de palestras e conferências. Holt afirmava que a educação compulsória inibe a capacidade criativa da criança e principalmente a curiosidade natural dos pequenos, e colocam em seu lugar o medo e habilidades necessárias para simplesmente passar em testes (BARBOSA, 2013).

Dentro destas perspectivas, o que se busca é o reconhecimento da legitimidade do ensino domiciliar, pois sua prática tem se mostrado eficaz no que diz respeito a capacidade de instruir, dando aos indivíduos a liberdade de fazer por si aquilo que o Estado, por hora, não tem conseguido fazer com qualidade.

Dentro da afirmação de Holt sobre as escolas apenas qualificarem seus alunos somente para aprovação via testes, pode ser observado no Brasil quando ao analisar o ensino público ofertado pelo estado, que tem como finalidade o alcance de metas de alfabetização, por exemplo, para produzir números, todavia quando se vê a qualidade dos métodos utilizados eles não produzem resultados com qualidade, pois quando nos deparamos com os resultados do desempenho de brasileiros em testes internacionais em que participam alunos de quase todos aos países, os brasileiros estão sempre nos últimos lugares ou seja não dominam os conhecimentos necessários daquela etapa escolar mas, continuam sendo aprovados nos testes e provas escolares como se os tivessem.

Mas para compreender a educação brasileira e o quanto está se utilizou do modelo de educação que é objeto de estudo deste trabalho deve-se recuar ao passado para rastrear a presença da instrução doméstica na formação da sociedade brasileira por isso deve-se começar pelo período da colonização.

No período colonial a educação ficou principalmente a cargo da igreja católica, tendo os Jesuítas sido o grupo de maior destaque na parte pedagógica. Nas colônias os jesuítas foram encarregados pela igreja de levar a conversão ao cristianismo católico as novas regiões descobertas pelo cristianismo (GUIRALDELLI, 2009) é claro que haviam outras ordens nesse trabalho mas os jesuítas certamente eram a maioria, principalmente no Brasil.

O objetivo dessas ordens era o de uma formação integral do homem cristão de acordo com a fé e a cultura daquele tempo. No plano de estudos estava um curso básico de humanidades com um de filosofia e por fim um de teologia, entretanto para finalização do curso era necessário viajar até a Europa, principalmente até Portugal em Coimbra (GUIRALDELLI, 2009), entretanto, apesar da igreja ter açambarcado o processo de educação o mesmo autor também destaca que na prática o ensino das primeiras letras, ou seja a alfabetização, continuou sob responsabilidade das famílias.

As famílias mais ricas optavam por pagarem um preceptor ou por colocar o ensino de suas crianças sob os auspícios de um parente mais letrado, de modo que os estabelecimentos quanto ao atendimento dos brancos e não muito pobres, se especializaram menos na educação infantil que na da educação de já instruídos (GUIRALDELLI, 2009, p. 26).

Portanto, o que se pode observar é que os jovens que ingressavam nos estudos nas ordens religiosas vinham já alfabetizados com algum nível de conhecimento suficiente para já ingressarem em um curso de mais alto nível como o de humanidades, filosofia e teologia, portanto pode-se perceber a importância da instrução familiar naquela época.

Maria Lucia Spedo Hilsdorf, corrobora com esta tese ao afirmar que: “existiam professores mantidos pelas ordens religiosas, no conventos e recolhimentos e mestres particulares contratados pelas famílias e aqueles que ensinavam produtivas como marcenaria, costura [...]” (HILSDORF, 2013, p. 36).

Mas, para um maior e mais detalhado aprofundamento na história da educação doméstica no Brasil, esta parte da pesquisa tem como base a obra de Maria Celi Vasconcelos (2004), uma dissertação de mestrado, e outros autores que tratam do assunto.

De acordo com o trabalho da autora, o Brasil nasce como uma colônia extrativista, e, portanto, não havia uma estrutura governamental local centralizada, o que havia era apenas uma fiscalização em sobre das atividades exploratórias, e não havendo um governo central, preocupado com os interesses locais, certamente que a educação não estava entre as prioridades da autoridade locais.

As famílias que aqui se instalavam sempre recorreram a educação doméstica para instruírem seus filhos, entretanto, a maioria da população era formada por

escravos, portugueses pobres, o que dar a entender que instrução fosse um privilégio de poucos (VASCONCELOS, 2004).

Como bem assevera Vasconcelos (2004), no Brasil até o início do século XX, a educação doméstica era uma prática comum entre as elites, constatado nos documentos oficiais. Existiam pouquíssimos colégios de ensino primário, o que fazia com que as famílias optassem por ensinar seus filhos em casa por meio da contratação de mestres e preceptores, uma característica, é claro, adotada da cultura europeia. Muito do ainda do contexto Medieval, em que é visível a educação domestica como modo de ascender socialmente ou manter um *status* já adquirido.

Dentro de uma estrutura social moldada pela igreja, uma instituição com uma estrutura interna que fez da educação domiciliar um meio de fazer parte dessa estrutura, pois a estrutura do Estado havia sido dissolvida em meio as invasões bárbaras e o único centro catalisador de ordem e poder que havia sobrado era a própria Igreja, isso quando ela mesma a partir de um certo período passa a tomar conta da educação com a criação de escolas nos mosteiros que ficavam a cargo dos próprios padre e sob administração direta da própria igreja uma vez que não haja Estado centralizador ou que não se preocupava com estes assuntos(VASCONCELOS, 2004).

Se o ensino primário e secundário já era um sonho distante para a maioria, o que se dirá do ensino superior. Até a Independência do Brasil, as famílias que aspiravam para seus filhos o ensino superior, tinham que mandá-los estudar na Europa, principalmente em Portugal. Aranha (2006, p. 226) destaca que:

Os únicos cursos de aprofundamento de conhecimentos eram os seminários destinados à formação de padres, somente no século XIX foram criados cursos superiores fora do âmbito religioso. Apenas depois da independência é que foram criados os dois cursos jurídicos: em São Paulo no Largo de São Francisco e outro em Recife fundados em 1854.

Diante ao exposto, observa-se que o ensino superior no Brasil é um grande desafio, pois até mesmo o ensino primário e secundário eram totalmente desorganizados. Segundo autor acima, o ensino se arrastava anarquicamente incessantemente desagregado, quando não havia entre as duas etapas uma “ponte de articulação”. Com efeito, a falta de recursos, proporcionado pelo ineficiente sistema de tributação, fazia com que o ensino fosse de má qualidade, com “professores sem capacitação, improvisados e incompetentes por causa dos baixos

salários, e para poderem sobreviver eram obrigados a se dedicarem a outras atividades” (ARANHA, 2006, p.224).

Essa má qualidade do ensino institucional e a rara disponibilidade de vagas fazia da educação doméstica o único recurso que poderia proporcionar uma educação e instrução mais sólida. Devido à dificuldade de se proporcionar instrução no Brasil, as autoridades da época tinham a prática domiciliar de ensino como algo legítimo perante todas as instituições. Pode-se constatar essa realidade através de um projeto de lei da época:

O ensino primário elementar no município da corte será obrigatório para todos os indivíduos de 7 a 14 anos; selo-a também para os de 14 aos 18 que ainda não o tenham recebido, nos lugares dos mesmo município em que houver escolas de adultos(...) os pais e mais pessoas acima referidas tem o direito de ensinar ou mandar ensinar os meninos em casa, ou em estabelecimentos particulares; mas no fim de cada ano deverão submetê-los a exame perante o inspetor literário respectivo (VASCONCELOS, 2004, p. 42).

De tal modo, é possível constatar que o Estado da época reconhecia o direito dos pais de escolher o modelo de educação que melhor lhe agradasse de acordo com as condições, adaptados a necessidade da rotina, especificidades das crianças, pois o que importava era a instrução em si conhecimento que poderia ser adquirido e não quem a provia, em que local ou de que modo.

O Estado brasileiro da época tinha o ensino doméstico como uma prática legítima e eficiente. Tal eficiência pode ser comprovada com o fato de que grande parte dos estudantes que ingressavam em Coimbra e em outras faculdades europeias eram de formação doméstica.

Além do ensino público e domiciliar, havia também o que é possível considerar como particular. Esse ensino poderia ser feito em colégios particulares, que a essa época eram pouquíssimos, mas existiam também os mestres particulares, nessa prática o mestre recebia em sua casa crianças e jovens para ensiná-los os conhecimentos necessários (VASCONCELOS, 2004).

É cabível caracterizar esse tipo de ensino como doméstico, pois aquele que ensina, o faz em sua própria casa e a escolha dos mestres era uma decisão livre e independente de cada família, já que a prática de instruir em casa era algo tão comum e perceptível na sociedade da época que, até mesmo Jean Baptiste Debret,

principal artista da missão francesa que esteve no Brasil no período joanino, a relatou da seguinte forma:

Em 1816 havia apenas dois colégios particulares; pouco mais tarde algumas senhoras portuguesas e francesas com ajuda de um professor, já se comprometiam em receber em suas casas, a título de pensionistas, moças que quisessem aprender noções de língua nacional, aritmética, de religião, bem como bordados e de costura. Alguns franceses também eram forçados a tirar partido de sua educação, davam lições de língua francesa e de geografia em casa de pessoas ricas (DEBRET, 1834, s/p).

A partir da citação acima é possível constatar como muitos estrangeiros colaboraram com a formação de boa parcela da sociedade brasileira pois muitos foram instruídos por eles. Essas pessoas receberam instrução em seus países de origem e aventurando-se em terras brasileiras se usavam de sua instrução para sua sobrevivência, pois a educação doméstica além de um meio de propagar a educação a muitos brasileiros, era também uma fonte de renda. A falta de escolas públicas ou particulares fez surgir um mercado do ensino para atender a demanda cada vez maior de alunos.

Segundo Vasconcelos (2004), o caráter comum dessa prática e do mercado que se formou em seu entorno, pode ser visto nos anúncios postados em jornais e periódicos da época, onde muitas pessoas se colocavam a disposição para ensinar crianças e jovens em suas residências, ou nas próprias casas dos alunos. Muitos viajantes recém-chegados de Portugal e França principalmente, eram os mais requisitados ou oferecidos nos anúncios. Abaixo um exemplo:

OFERECE-SE um português chegado a pouco, a ensinar por casas particulares primeiras letras, gramática nacional, e francesa: quem do seu préstimo se quiser utilizardirija-se a rua do Aljube nº 14 (JORNAL DO COMÉRCIO, 22/01/1839 *apud* VASCONCELOS, 2004, p.47).

A mesma autora em outro anúncio, assim expõe:

Uma pessoa de nação francesa, versada nas mathematicas, botânica, história, geografia etc., deseja achar discípulos de que possa aperfeiçoar a educação. Adverte-se que fala ainda pouco o português. Dirija-se a rua da Ajuda nº 17 (JORNAL DO COMÉRCIO, 1839 *apud* VASCONCELOS, 2004, p.47).

Esses dados nos fornecem a prova da corriqueira e acentuada prática desse modelo educacional, e Vasconcelos (2004) afirma que metade dos anúncios dessa

época são de educação doméstica, demonstrando a educação doméstica como uma prática comum ao Brasil, mas se faz necessário descrever o perfil dos mestres que ensinavam em casa. A maioria das pessoas que se propunham a ensinar no Brasil eram pessoas de uma certa idade, haviam em muitos anúncios da época a exigência de um mestre ou mestra que tivesse uma idade, pode-se supor, entre os 35 aos 50 anos.

Uma professora com habilitações necessárias deseja encontrar uma família de tratamento da cidade, ou uma fazenda onde possa fazer a educação das meninas, ocupação que a mesma senhora exerce desde muitos anos; para tratar no Colégio Normal, rua Larga de São Joaquim nº 182 (JORNAL DO COMÉRCIO 04/01/1869 *apud* VASCONCELOS, 2004, p.48).

No caso de ensinar, por exemplo, em fazendas e que se fazia necessário morar na própria casa dos alunos optava-se sempre por mulheres já bem maduras, com bastante experiência, como já era de costume, essas exigências vinham destacadas no anúncio, como bem mostra a chamada do jornal.

Outra característica não rara dos preceptores no Brasil é que muitos deles eram estrangeiros principalmente de Portugal e da França, mas também haviam espanhóis, alemães entre outros menos ocorrentes. Essa grande oferta de professores se dava pelo fato de muitos estarem em uma situação financeira difícil, o que tornava a ocupação com a educação de outras famílias um meio para a sobrevivência.

Vasconcelos (2004) identifica essa mesma situação, onde muitas mulheres candidatavam-se ainda, mestres da casa em Portugal, as quais eram estrangeiras ou patricias que também tendo recebido uma educação boa, muitas vezes também doméstica, vendo-se em decadência financeira, eram obrigadas a “título de sobrevivência” a se ocuparem da única função relativamente aceita para o sexo feminino, naquela época era a instrução crianças. Além desses perfis de professores estrangeiros, verifica-se também professores brasileiros que já são fruto desse mesmo modelo de instrução e que agora o tem como profissão.

A literatura dentro da historiografia é sempre usada como fonte para obter-se aspectos culturais, costumes do dia-dia e o corrente cotidiano, pois os autores, embora escrevam de forma ficcional, usam para construir enredos de sua obra elementos da cultura local e da época. Assim sendo para uma maior diversificação

das fontes deste trabalho optou-se por usar a literatura da época para encontrar dentro dela a presença do tema aqui estudado.

Com relação ao nosso objeto de estudo, encontra-se traços de sua prática nas histórias mais famosas que compõem o nosso corpo literário. Por tanto para um maior aprofundamento na pesquisa também será utilizada a literatura produzida na época, que traz dentro de si episódios que narram a educação dos jovens de forma doméstica, que inseridos em diferentes histórias, transitam amas, governantas, mestres, preceptores, professores particulares de línguas e toda a sorte de prendas indispensáveis a conduta da época

Ao analisar a obra de Raul Pompéia, *O Atheneu crônicas de saudade*, publicadas em 1888, de forma autobiográfica, narra alguns episódios em que o autor relembra como se deu sua instrução:

Frequentara como externo, durante alguns meses, uma escola familiar do Caminho Novo, onde algumas senhoras inglesas, sob a direção do pai distribuíam educação a infância como melhor lhes parecia. Entrava as nove horas, timidamente, ignorando as lições com maior regularidade, e bocejava até as duas torcendo-me de insipidez sobre os carcomidos bancos que o colégio comprara, de pinho e usados, lustrosos do contato da malandragem de não sei quantas gerações de pequenos (POMPÉIA, 1997, p. 11).

Esse externato familiar na qual se refere Pompéia seria uma espécie de colégio particular, onde os pais colocavam seus filhos para estudar em um grau mais avançado de conhecimento, pois, todos já vinham de casa alfabetizados, pelo pai e/ou, ou algum parente agregado. Como bem apresenta a descrição dos tempos em que estudava em casa:

[...] diferente do que se encontra fora, tão diferente, que parece o poema dos cuidados maternos um artifício sentimental com a vantagem única de fazer mais sensível, a criatura a primeira impressão do primeiro ensinamento, têmpera brusca da vitalidade na influência de um novo clima rigoroso (POMPÉIA, 1997, p. 11).

Outro exemplo de descrição a respeito da realidade da época, pode ser encontrada na obra de Manuel Antônio de Almeida, intitulada: *Memórias de um sargento de milícias*. A mesma narra a história de Leonardo, que viria a ser um chefe de milícias, e em meio a narrativa da infância do garoto apresenta detalhes como ocorreu a educação do menino. Abandonado pelo pai e a mãe, o personagem se vê aos cuidados de um padrinho que logo se afeiçoa ao garoto, portanto, começa a se

preocupar com sua educação. O padrinho logo escolhe a maneira mais fácil, comum e barata de ensinar a criança: “ele está ainda muito pequeno, mas vou tratar de o ir desasnando aqui em casa, e quando tiver dose ou quatorze anos, a de me entrar para escola” (ALMEIDA, 1997, p. 22).

Desta forma, o ensino doméstico era a via mais utilizadas para o aprendizado, quando começavam a aprender ao alfabeto por memorização, até a juntar as letras e, por fim, formar palavras. Isto facilitava muito para a criança ao iniciar seus estudos na escola, podendo já se dedicar a estudos de áreas mais específicas do ensino.

Machado de Assis em sua obra *Quincas Borba*, nos conta algo da educação doméstica com o personagem Maria Benedita que, vivendo na roça aprendeu a ler e escrever com professores particulares na casa de sua prima Sofia. Esta insiste que Maria Benedita deveria aprender francês e a tocar piano, pois falar e ler esta língua era um dos quesitos para uma moça bem-educada da época, e que poderia até lhe render um bom casamento. A mãe de Maria Benedita consentiu em permitir que a filha fosse para a casa de sua prima aprender o francês, para que em uma eventual falta de seus pais, a jovem poderia viver de ensinar francês e piano nas casas. Este relato nos fornece a mentalidade da época, em que a mulher para obter um bom casamento necessitava ser portadora de algumas qualidades verificadas (ASSIS, 1997).

Outra história de Machado de Assis é *Helena* em que é encontrado dentro da mesma traços de uma educação domestica como o próprio pai afirma no trecho a seguir:

Quando pode aprender os rudimentos da leitura, dei-lhe as primeiras lições, assisti pasmado a aurora daquela inteligência que os senhores vêem tão desenvolvida e lúcida. Aprendia com facilidade porque estudava com amor. Ângela e eu construíamos ao lindos castelos do mundo, nós a víamos já mulher, formosa como viria a ser, porque já o era, inteligente e prendada, esposa de algum homem que a adorasse e a elevasse (ASSIS, 2002, p. 31).

No caso de Helena o próprio pai deu-lhe as primeiras lições de outras áreas do conhecimento, uma raridade pois o papel de ensinar ficava mais reservado as mães do que com os pais que sempre se ocupavam de alguma atividade fora do eixo familiar.

Dom Casmurro outra obra de Machado de Assis conta-se a história de Bentinho, um menino que foi prometido pela mãe de fazê-lo padre se o mesmo tivesse um bom nascimento, para isso a mãe encarrega um terceiro da alfabetização

do menino como é descrito no trecho a seguir: “unicamente para que nos nós separássemos o mais tarde possível fez-me aprender em casa as primeiras letras, latim e doutrina por aquele padre Cabral velho amigo de tio Cosme, que ia lá jogar as noites” (ASSIS, 1997, p.32). Neste caso a educação do menino é feita por outra pessoa que não um familiar, esta prática era bastante comum nesse período e também configura-se como ensino doméstico, uma vez que o mesmo acontece em casa sem nenhuma relação institucional.

Assim, educar em casa era, no século XIX, o reflexo de um certo temor que a maioria dos pais, sobretudo as elites tinham em enviarem seus filhos para um lugar estranho com pessoas estranhas, isto ocorria por uma série de fatores como: preconceito, questões de saúde, emulação ou disciplina. Para Vasconcelos (2004), ao mesmo tempo em que servia como diferenciação, afirmava um *status* social. Essa modalidade de ensino de responsabilidade privada tinha como contraponto à sua eficácia o fato de ser algo não acessível a todos, portanto, um processo descentralizado em suas ações, métodos, conteúdos e procedimentos.

Hilsdorf (2013) comenta que influenciados por ideias europeias a classe dirigente do país, a partir da segunda metade do século XIX, passa a conceber que a afirmação do estado Imperial deve se basear na centralização das ações e decisões, e nada melhor para começar do que pela educação que formará a mentalidade de toda a sociedade.

Entretanto, essas pretensões encontraram resistência principalmente nas elites que julgavam estas novas concepções do estado como uma intromissão e “uma afronta intervencionista ao poder que até então era exclusivamente da casa: decidir, contratar, fiscalizar e deliberar sobre a educação de seus filhos” (VASCONCELOS, 2004, p. 268)

Hilsdorf (2013, p. 43) reafirma essa constatação com o argumento de que:

A elite brasileira influenciada pelos ingleses não estavam plenamente convencidos de que a educação popular devesse ser inteiramente estatal ou seja, oferecidas apenas pelo governo, e deixavam muitas iniciativas a sociedade e aos particulares.

Diante a este cenário, essa nova perspectiva em que há agora uma figura centralizadora e reguladora dos vários processos sociais, cabe a casa ou o ambiente privado ser resistente a esta autoridade do estado, na luta pela preservação da autoridade e a soberania dos seus membros.

A centralização era a garantia da manutenção da unidade do Império, e a educação teria um papel fundamental nesse intento, e podemos constatá-lo na grande quantidade de vezes em que a educação é tratada nas discussões públicas. Neste sentido:

[...] era preciso delimitar a fronteira entre a área privada e a autoridade pública, ou seja, inaugurar outras relações, especialmente no cenário educacional, nas quais estariam definidos até onde a casa permaneceria soberana e até onde dividiria seu domínio e se subordinaria ao Estado (VASCONCELOS, 2004, p. 270).

Neste outro trecho nota-se a mentalidade de que todos deveriam por um meio ou de outro obter instrução:

A objeção, verdadeira em si mesma, cai diante da realidade. Com efeito, o pai é livre em dar ele mesmo ou fazer dar a educação de seus filhos no seio da família ou de enviá-los ao estabelecimento que quiser. A única coisa que ele não pode fazer é não os instruir bem. A liberdade de ensino não pode significar liberdade de ignorância (ALMEIDA, 2000, p. 137).

Desse momento em diante a educação passa a ser um território que sofreria cada vez mais influência do Estado, mesmo depois da queda da monarquia em 1889, e a partir da cambaleante República brasileira, ocorre a continuidade do processo de centralização e controle da educação. Almeida (2000) enfatiza este processo de centralização não tornou a educação doméstica extinta e muito menos uma prática ilegal, pelo contrário, ela somente era menos praticada.

As constituições que surgiram já no período republicano brasileiro abordam a educação como uma obrigação não irrestrita do Estado, mas enquanto um dever familiar. Para tanto, o Artigo 149 da Constituição da República do Brasil de 1934, versa que:

[...] a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934, p.138).

O trecho acima citado põe o Estado e a família em pé de igualdade quanto ao dever de instruir, pondo a família em primeiro lugar e dando ao Estado um papel secundário, legitimando a educação dada pela família pois, a esta época o Estado brasileiro era muito deficitário em prover educação.

Mas a Constituição de 1937 promulgada por Getúlio tira do Estado a responsabilidade total sobre a educação e o devolve a família:

Art. 125 - A educação da prole é o primeiro dever e um direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando de maneira principal ou subsidiária para facilitar a sua execução ou para suprir as deficiências da educação particular (BRASIL, 1937).

O artigo acima citado coloca como um direito natural da família prover a educação dos jovens e que o Estado terá uma participação ínfima, agindo somente quando houver necessidade nesse processo de maneira a ser um subsidiador ou facilitador em caso de falha da própria família.

A Constituição de 1946, mantém a primazia da família em relação a autoridade do Estado em relação a educação das crianças. Em seu Artigo 166, dispõe que “a educação é um direito de todos e será dada no lar ou na escola”. Em seguida, o mesmo documento oficial em parágrafo único, diz que “a família cabe escolher o gênero de educação que será dada a seus filhos” (BRASIL, 1946, P.??) No entanto, em outro artigo torna-a uma obrigação, principalmente aqueles que se ocupam de funções públicas, todavia de livre escolha da família:

Art. 30 – Não poderá exercer função pública, nem ocupar emprego em sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público o pai de família ou responsável por criança em idade escolar sem fazer prova de matrícula desta em estabelecimento de ensino ou de que lhe está sendo ministrada educação no lar (BRASIL, 1946, p.58).

No trecho supra citado a constituição coloca como imprescindível prover educação aos jovens e impõe como critério para ocupação de cargos ou funções públicas a promoção de instrução pública ou familiar, equiparando as duas instituições, Estado e família como provedores de instrução igualmente legítima.

Observa-se, portanto que na Constituição de 1967 é mantido como principal agente à prover educação, a família, modificando somente o período de escolarização, dos sete aos quatorze anos de idade. A Emenda Constitucional de 1969, também continua a reconhecer os mesmos discursos acima citados, do que podemos presumir que a educação doméstica até meados dos anos 70 e 80 ainda era possível a interpretação de uma instrução válida se fosse praticada no âmbito doméstico, porém no ano de 1988 surgem novas determinações (VIEIRA, 2012).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vem ao contrário às outras Constituições, colocando Estado em primeiro lugar, como provedor de instrução. A mesma assevera que é “dever do estado e da família”. Esta afirmação ainda está aberta a uma interpretação de que as famílias têm o direito de educar os filhos em casa, onde pode-se raciocinar da seguinte forma: caso a família não queira ou não tenha as condições de instruir as crianças em casa, cabe ao Estado fazê-lo. Mas dois anos depois entra em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que vetam qualquer possibilidade de aplicação da modalidade domiciliar de ensino. Essa impossibilidade é baseada no (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente que diz o seguinte em seus Art. 55 e 129:

Art. 55 – “Os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990, p. 35)

E o Art. 129 confirma este texto expressando o seguinte: “Inciso V – São mediadas aplicáveis aos pais ou responsáveis: Obrigação de matricular seus filhos ou pupilos e acompanhar seu aproveitamento escolar” (BRASIL, 1990, p.64)

Por meio destas leis o ensino doméstico tornou-se uma prática proibida no Brasil, o que segundo os defensores do ensino em casa, lesa o direito de autodeterminação das famílias, que podendo dar uma educação de qualidade a seus filhos, os pais são obrigados a matriculá-los em uma instituição de ensino pública ou privada, esta última também regulamentada pelo Estado, mediante a ameaça de processo e punição através do crime de abandono intelectual.

As discussões atuais acerca do tema educação domiciliar têm ganhado cada vez mais espaço entre os brasileiros, pois muitas famílias, descontentes com os rumos da educação pública no país, têm procurado informar-se e engajar-se neste movimento, o qual encontra-se mais avançado em outros países, a exemplo nos Estados Unidos. Segundo Moran (2011), o movimento nos Estados Unidos tem crescido de 10 a 20 % ao ano, já no Brasil, entretanto, não há números oficiais, mas as famílias interessadas no assunto têm aumentado exponencialmente.

A procura por esta modalidade só não é maior no Brasil, porque muitos pais temem as consequências impostas pelo Estado através das leis que tornam a educação doméstica proibida. Por outro lado, verifica-se que há aqueles que insistem em exercer seu direito e enfrentam o Estado, ensinando seus filhos em casa. Muitas dessas famílias recebem apoio da Associação Nacional de Ensino

Domiciliar (ANED), fundada por quatro casais mineiros que praticavam a educação em casa (VIEIRA, 2012).

Como bem informa o autor acima, esta associação tem dado apoio jurídico aos praticantes do *Homescooling* no Brasil. A ANED tem apoio de várias famílias e alguns parlamentares que lutam junto ao Congresso Nacional pelo ensino doméstico, como o deputado federal Leonardo Quintão (PMDB/MG) e Lincon Portela, cujo é autor do Projeto de Lei 3.179/ 2012, que diz em seu Artigo 23, parágrafo 3º:

É facultado aos sistemas de ensino admitir a educação básica domiciliar, sob a responsabilidade de pais e tutores responsáveis pelos estudantes, observadas a articulação, supervisão e avaliação periódica da aprendizagem pelos órgãos próprios desses sistemas nos termos das diretrizes gerais estabelecidas pela união e das respectivas normas locais (PROJETO DE LEI, 2012, p 7).

Este Projeto de Lei obteve um parecer favorável do relator Mauricio Quintela (PR/AL), o qual apresentou dados oriundos da ANED de que haviam mais 400 famílias que praticavam o ensino em casa, sob a alegação de alguns motivos: descrença no ensino tradicional, violência na escola, o aumento do consumo de drogas em escolas, *bullying* questões religiosas. Os argumentos dos pais revelam, ainda, informações sobre o ambiente de degradação em que se encontram as escolas brasileiras, enfatizando a perda de valores que esses pais tentam passar a seus filhos.

De acordo com o deputado federal Lincon Portela, a educação doméstica “possibilita uma educação individualizada, os alunos tornam-se autodidatas, passam a se interessar pelos estudos e pela pesquisa, não ficam bitolados em determinadas matérias” (PROJETO DE LEI nº 3.179, 2012). O relator afirma que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) seria a melhor forma de avaliar a eficiência do ensino domiciliar para um eventual ingresso em uma Instituição de Ensino Superior.

Entre a educação doméstica praticada no século XIX e a atual existe uma diferença. No século XIX, os que se utilizavam da modalidade doméstica, em parte, imitando a elite francesa e inglesa. Atualmente, os interessados por educadores domésticos se inspiram nas famílias norte americanas, sobretudo famílias cristãs.

Vieira (2012, p. 26), em seus estudos aponta que: “o trânsito de ideias entre as comunidades protestantes americana e brasileira, revelou-se presente também

nas experiências de muitas famílias que adotaram a educação domiciliar por influência de líderes religiosos norte-americanos”. Tal evidencia mostra que o principal nicho de ocorrência da educação domiciliar está presente em famílias ditas conservadoras.

Alexandre Magno Fernandes Moreira, autor do artigo “*homeschooling*: uma alternativa constitucional a falência da educação no Brasil” e co-fundador da (ANED) chama atenção que:

É preciso ressaltar que a escola não é apenas um lugar em que se repassam informações, mas também onde são transmitidos todos tipos de valores. Recente pesquisa indicou que a maioria imensa dos professores de escolas públicas e privadas, considera como missão da escola a veiculação de ideologias (no jargão politicamente correto a “formação de cidadãos”) e não a transmissão de informações. Esse conjunto de valores é na maioria das vezes bem diverso daqueles professados pelos pais (MOREIRA, 2009, p.01).

Essas questões acima destacadas corroboram com os argumentos das famílias mais tradicionais, quando vêem na escola e na forma como ela é, uma espécie de órgão desgenerador da conduta e na formação moral de seus filhos. O autor também evidencia que muitas pesquisas revelaram que “na formação do caráter individual, os companheiros de infância são influencias muito mais poderosas que os pais” (MOREIRA, 2009, p. 1). A partir desta orientação, os pais *homeschoolers* preferem evitar situações de *bullying* ensinando seus filhos em casa.

Apesar da característica conservadora e religiosa da maioria das famílias que optam pelo *homeschooling*, Barbosa (2013) afirma que já na década de 90 houveram mudanças nos padrões característicos dos que optam por esta modalidade. A mesma autora revela que, a partir de resultados de pesquisas realizadas com os alunos do ensino institucional e domiciliar, indicam que estes últimos têm um desempenho escolar muito maior quando comparados aos alunos ensinados em escolas. Portanto, nota-se que o argumento religioso não é o único fator de escolha para as famílias, antes, muitas o faziam com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade a seus filhos.

Desta forma, o *homeschooling* tornou-se mais aceito no debate sobre políticas de escolha educacional e o ensino em casa apresenta-se mais como uma opção de escolha, quando observa-se que o discurso dos pais não está atrelado a fortes motivações religiosas e/ou filosóficas para implementar tal prática.

Dentro do âmbito jurídico no Brasil, existem esforços de pessoas e organizações na tentativa de regulamentar o ensino domiciliar. Isso ocorre, segundo o Instituto liberal, em matéria publicado no dia 27 de agosto de 2018, porque existem diversas decisões judiciais que condenam pais pela prática do ensino em casa. Essas decisões se fundamentam no Art. 205 da constituição que diz que educação “é um direito de todos e dever do estado e da família” e também com base no artigo 246 do código penal que tipifica o crime de abandono intelectual, bem como o Art. 55 do (ECA) estatuto da criança e do adolescente que determina a obrigação dos pais de matricularem seus filhos em uma instituição de ensino (BRASIL, 1990).

Dentre as ações que tramitam no judiciário está uma que foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal que decidiu pela negação do direito dos pais educarem em casa. O caso julgado em questão foi o que surgiu em 2012, quando em Canela no Rio Grande do Sul, uma estudante de apenas 11 anos à época pediu com apoio dos pais ao juiz da cidade o direito de ser instruída em casa, o pedido foi negado e a decisão foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul sob o argumento de que a frequência escola é necessária para a socialização da criança (BIZOL, Gazeta do Povo, 29/08/2018).

Segundo o jornalista Marcio Luiz em artigo publicado no G1.globo.com em 30/08/2018 os pais de Canela (RS) e outros responsáveis queriam mudar esse entendimento junto ao STF sob o argumento de que atualmente as escolas trazem prejuízos aos estudantes devido aos perigos em quem ficam expostos nas escolas por causa da crescente violência, o possível contato com as drogas e é claro, a má qualidade do ensino que é o principal dos argumentos.

O ensino doméstico pode ser visto, portanto, como uma prática tradicional desde os tempos da colonização brasileira. Esse método foi muito utilizado como forma de instruir em muitos lugares principalmente no interior mas como uma presença marcante nas cidades, pode-se ver isso nos anúncios de jornais em que professores e pais anunciavam e procuravam esse serviço. Entretanto com o passar do tempo nota-se um crescimento da educação institucional principalmente a estatal e uma prática que era comum e quase tradicional entre os brasileiros foi se tornando escassa, embora nunca tenha deixado de ser praticada.

Os Estados contemporâneos tem como suas prioridades, pelo menos oficialmente, a promoção e democratização da educação, e esta é quase uma realidade, pois quase toda humanidade está alfabetizada, entretanto essa noção de

direito a educação que levou instrução a tantos na atualidade tem sido utilizado segundo os defensores da educação doméstica como forma de cercear um outro direito que é o da autodeterminação ou seja, o de escolha.

Os debates entorno do *homeschooling* tem se intensificado, embora seja uma parcela muito pequena da sociedade que tenha ciência do mesmo, com ênfase para o Brasil até geraram uma disputa judicial pelo entendimento do direito cerceado, tendo sido julgado pela corte suprema do país. Mas mesmo que esse entendimento do Supremo tenha sido a favor da educação institucionalizada. Os debates continuam e a história brasileira favorece os argumentos dos praticantes uma vez que segundo a bibliografia apresentada na pesquisa fomos um país de forte tradição em educação doméstica.

4.2 PERCEPÇÕES DE PESSOAS QUE PARTICIPARAM DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR

4.2.1 Percepção do professor que ensinou por meio da educação doméstica

O entrevistado é um professor aposentado de 63 anos de idade e que no início de sua carreira como educador atuou como mestre particular em uma comunidade rural. A ele foi aplicado um questionário com sete (7) perguntas que indagam desde de sua própria alfabetização, seu contato com educação doméstica, seu início de carreira como professor até seus métodos de ensino utilizados enquanto mestre particular e sua visão da educação atual.

Quando perguntado com quantos anos o entrevistado entrou em contato com qualquer tipo de ensino e Como foi seu método de alfabetização. O mesmo respondeu da seguinte forma:

Resposta: *Olha na verdade, você sabe que tudo antigamente era diferente, então eu fui alfabetizado em casa pelo meu pai mesmo. E aí também não foi fácil porque tínhamos que trabalhar e chegava em casa a noite e meu pai colocava todas ali ao redor da mesa, não só eu como todos os meus irmãos, e assim fomos estudando até que conseguimos aprender. Inclusive eu fui um dos que mais despentei, meus irmãos também aprenderam só que mais devagar, e aí eu consegui me alfabetizar e depois que eu já estava alfabetizado eu prossegui com meus*

estudos, mas já entrei na escola sabendo ler e escrever muito bem, tanto que eu fui adiantado pela professora para a primeira serie pois não precisava passar pelo processo de alfabetização.

Análise: o entrevistado afirma que sua alfabetização foi em casa assim como a de seus irmãos com seu próprio pai, e que ao entrar na escola já dominava a escrita e leitura. O que se pode perceber ver na resposta a primeira pergunta é uma situação muito comum tanto no tempo em que o entrevistado era criança ou seja uns cinquenta anos atrás ou até menos, como em épocas mais distantes onde os próprios pais alfabetizavam os próprios filhos.

Esta é uma prática comum ao longo da história e pode-se constatá-la através da afirmação de Aranha(2006) de que na antiga Roma o pai se encarregava da educação de seu filho pessoalmente o mesmo o ensinava a ler, escrever e a contar bem como o manejo das armas, desse modo aprendendo o ofício do pai. E o acompanhava a eventos públicos entre outros afazeres.

No caso da Roma antiga a autora se refere geralmente a um aristocrata ou nobre que além da instrução da criança o ensinava o próprio ofício, o mesmo caso do entrevistado que afirma que trabalhava durante o dia na roça junto com seu pai e somente a noite o mesmo lhes dava as lições de primeiras letras.

A forma de ensino aplicada ao entrevistado pode ser comparada a uma narração presente na literatura brasileira que, embora fictício é descrito nos moldes do costume da época onde um velho sargento de milícias cria como seu filho um garotinho abandonado e resolve começar a instruí-lo em casa onde diz “ele está ainda muito pequeno, mas vou tratar de o ir desasnando aqui em casa, e quando tiver dose ou quatorze anos, a de me entrar para escola” (ALMEIDA, 1997, p. 22).

No trecho citado o pai resolve dar-lhe as primeiras letras e mais tarde quando for mais velho mandá-lo a escola, exatamente o que aconteceu com o entrevistado que foi alfabetizado em casa e mais tarde prosseguiu em uma escola.

Perguntado como foi seu método de alfabetização e como sua carreira como professor começou o professor respondeu o seguinte:

Resposta: *sim também bastante diferente de hoje porque na época as pessoas das comunidades, os pais andavam procurando professores, então pessoas que tinham pelo menos até a 5° e 6° series elas já se auto-intitulavam professores porque não haviam pessoas com nível superior naquela época então eu comecei dar aula na comunidade por que eles me procuraram. Mesmo com pouco*

conhecimento, mas já comecei me engajar, não foi pelo Estado nem pelo município mas eu tinha o apoio e do município, mas era pra eu ser pago pelos moradores da comunidade e só mais tarde é que eu conversando com as pessoas conseguimos ir a secretaria de educação no município e o professor responsável fez com que eu fosse contratado e só a partir daí eu comecei a trabalhar para o Estado.

Análise: o entrevistado nos diz que havia uma procura por pessoas capazes de ensinar pelo menos o básico, ler e escrever. A falta de pessoas com ensino superior fazia com que pessoas que tinham apenas o ensino primário fossem feitas professores. O relato acima dá uma ideia do quanto o Estado era pouco presente no quesito educação principalmente em comunidades rurais. O entrevistado afirma que em muitas comunidade os pais estavam à procura de professores que pudessem ensinar seus filhos pois muitos dos pais se quer sabiam ler escrever, uma realidade de muitos à época, entretanto o mais interessante é a semelhança desses fatos.

Como relatado por Vasconcelos (2004) em transcrições de anúncios de jornais do Brasil oitocentista onde os pais punham anúncios procurando professores que fossem ensinar em suas fazendas ou casas.

Aranha (2006) também argumenta nesse sentido; que na antiguidade sempre houveram os mestres que andavam de cidade em cidade ensinando os filhos de que lhes pudesse pagar, e também argumenta que na idade média os pais principalmente os nobres punham seus filhos sob os cuidados de preceptores que os ensinavam as primeiras letras e alguns outras tarefas, no caso das mulheres; bordar, cozinhar entre outras coisas. Mas no caso do entrevistado o ensino, limitava-se a escrita, leitura e matemática.

Foi indagado em quais modelos de educação o professor atuou? Como ensinava e quais os métodos, obteve-se a seguinte resposta:

Resposta: *Como foi no início o ensino era bem tradicional, a gente tinha um certo apoio dos pais que era totalmente diferente de hoje, então eu usava um método bem radical, em que se o aluno não prestasse atenção ou se comportasse mal ele pegava um castigo e era punido com a palmatória. Então no início quando eu comecei a lecionar era assim pois os métodos que nós tínhamos eram bem tradicionais, tudo que o aluno ia fazer em sala ele pedia licença, se não ele não podia levantar da cadeira, para fazer qualquer coisa que fosse, essa era a forma que a gente aprendeu e era a forma que a gente ensinava até os anos 80 e até o final da década de 90 e daí foi mudando para a forma que a gente vê hoje.*

Análise: o professor afirma que o método utilizado por ele era tradicional e envolvia castigos físicos como método de reprimir os maus comportamentos e que isso só veio a mudar da década de 90 em diante. A resposta acima oferece um retrato dos métodos de ensino aplicados até alguns anos atrás, um ensino com características positivistas, onde a uma ordem não somente no ensino doméstico mas também em salas de aula onde o professor viria atuar mais tarde. Os castigos mencionados pelo entrevistado também podem ser rastreados em outras épocas principalmente no Brasil oitocentista.

Vasconcelos (2004) afirma que os professores tinham total autoridade sobre seus alunos e poderiam sob a aprovação de muitos pais usar castigos bem severos em casa de comportamentos inadequados, claramente essas práticas estão praticamente superadas e suplantadas pelas legislações que tratam da educação e que proíbem o uso de castigos físicos sejam eles quais forem.

Questionado por quantos anos o senhor ensinou de forma privada ou seja sem vínculo com o Estado?

Resposta: *Sem vínculo com o estado não foi muito tempo cerca de um ano talvez, pois como eu te disse eu tinha o apoio do município mesmo sem receber dele, mas tinha o apoio com alguns materiais, eles davam livros, merenda, e mais algumas coisas que a gente usava no dia-dia, e daí fomos na secretaria de educação e eles disseram que era melhor me contratar e assim me contrataram imediatamente, então eu comecei trabalhar particularmente para a comunidade mas logo passamos a receber pelo município.*

Análise: segundo o professor seu trabalho como mestre particular durou cerca de um ano, com um apoio do município com relação a alguns matérias mas sem remuneração e mais tarde ele foi contratado pela prefeitura. A resposta do professor acima, evidencia uma realidade de muitos professores de sua época, muitos se quer tinham o ensino secundário completo e na falta de profissionais diplomados assumiam o lugar dos mesmos.

Muitas comunidades rurais da década de oitenta e noventa eram lugares muito isolados não havia energia, e escolas construídas pelo poder público, e estradas possivelmente trafegáveis por veículos eram uma raridade, a cidade crescia com a exploração do ouro, mas esse crescimento se dava de forma desordenada e o poder público não dava a assistência necessária (ALMEIDA, 2017).

Esses professores ou preceptores, para usar um termo mais adequado, ensinavam seus alunos em suas próprias casas ou em alguma salinha construída pela própria comunidade, e eram pagos pela mesma. Assim, foi o começo da carreira de muitos profissionais hoje já com o ensino superior, pois esses preceptores já engajados em algum tipo de ensino eram logo contratados pelo município e mais tarde davam continuidade a seus estudos.

Foi perguntado ao professor como hoje o senhor analisava a educação doméstica? Se seria um modelo eficiente e por que?

Resposta: *Olha, analisando, eu considero um modelo totalmente eficiente por que como já se fala que a educação começa em casa e eu na minha experiência como professor que eu tive ensinando em casa, eu observo as crianças que os pais tratam em casa com eficiência a gente conhece na sala de aula, eles tem um procedimento diferente uma conduta que vale apenas a gente tá observando diferente daqueles que não tem certas... como é que eu posso dizer, certa educação em casa, na minha avaliação a educação doméstica não só é eficiente como também é necessária para que a escola continue Áquila orientação que Os pais passam em casa então eu considero muito eficiente.*

Análise: o professor acredita que a educação doméstica é um modelo eficiente embora nesta resposta ele pareça se referir a uma educação doméstica voltada a formação da conduta moral e ética dos jovens. Mas segundo o mesmo ela é necessária pois em sala de aula onde ele atuou tantos anos é possível perceber a diferença entre crianças que tem uma educação doméstica mais acentuada e as que não.

Segundo Moreira (2009), uma das pautas defendidas pelo optantes de uma instrução em casa é a questão do comportamento porque segundo os mesmos a escola tornou-se, nas palavras de muitos, “um órgão degenerador da conduta de seus filhos”. Segundo o entrevistado há uma diferença entre crianças que tem um acompanhamento maior dos pais justamente com relação a conduta de seus filhos.

O professor refere-se nessa constatação, a um problema que as escolas vêm enfrentando nos últimos anos que é o mal comportamento e a indisciplina, segundo ele mesmo isto é resultado das próprias formas de ensinar estabelecidas pelas leis que regem o ensino e as relações aluno/professor, pais e filhos.

Essa segundo Moreira (2009) é uma preocupação de muitos pais que resolvem educar seus filhos em casa, pois fazendo assim os estarão mantendo

longe do contato com esse tipo de comportamento e outras condutas negativas como o *bullying*, violência física, entre outros comportamentos que contrariam as concepções das famílias.

Foi perguntando também quais as dificuldades do processo de ensino doméstico?

Resposta: *Bom, hoje relacionado com a atualidade, o ensino doméstico ficou bastante difícil pelo fato de que o sistema hoje quase que não deixa o professor ensinar. No sistema que a gente tem a criança está bem atualizada então os pais tratam a criança como devem tratar e eles como estão bem inteirados do noticiário inteirados até da própria escola entendem que não se pode fazer algumas coisas que antes a gente fazia, não se pode mais castigar, ou punir por coisas que eles fazem de errado em sala, tem que deixá-los naquela liberdade onde se torna difícil o ensino não só na escola Mas no doméstico, as leis não permitem mais que as crianças deixem de ir para escola e aprendam só em casa. Na época em que eu dei aula como um professor pago pela comunidade o mais difícil era a comunicação e o material, livros, giz, lápis, papel, cadernos porque nós não tínhamos transporte próprio e até pra se conseguir um transporte pago como as antigas caminhonetes que carregavam as pessoas nas vicinais era difícil por causa das estradas principalmente no inverno, e nessa parte agente chegava e não encontrava matérias que a gente precisa pra transmitir melhor o conhecimento. Então a maior dificuldade que encontrei foi a falta de material pro ensino didático.*

Análise: o professor inicia falando das dificuldades enfrentadas pelos professores hoje em sala, pois segundo ele, ao professor é dificultado ensinar por interferência das novas concepções que se tem do processo de ensino/aprendizagem, que tornam a ação do professor quase impossível.

É possível identificar nesse primeiro trecho da resposta, uma discordância que o professor tem ao que se conhece hoje por ensino socioconstrutivista, que coloca o aluno como sujeito principal na construção de sua própria educação, uma abordagem bastante defendida pelos teóricos educacionais atuais.

Em seguida o professor relata suas maiores dificuldades no tempo em que ensinava do forma domestica ou como um preceptor, para ele a falta de comunicação e a insuficiência de matérias didáticos simples era um grande desafio,

pois até mesmo encontrá-los era dificultoso por causa da falta transportes causados pela precariedade das estradas.

Hoje ensinar em casa tornou-se muito mais fácil porque existe uma infinidade de matérias disponíveis aos pais que queiram ensinar em casa, tudo isto é facilitado pela rapidez e fácil alcance aos meios de informação como a internet, que entorno disso criou-se um mercado muito prospero de materiais didáticos que os pais que ensinam em casa tem acesso, de acordo com (BARBOSA, 2013).

Foi perguntado o que professor que ele pensa do atual modelo de educação. Obteve-se a seguinte resposta:

Resposta: *O atual modelo de educação pra gente falar o que a gente pensa, mas como eu fui bem tradicional e no fundo permaneço tradicional, e o atual modelo de educação ele já esta dizendo esta na atualidade então eu penso que ele é muito fraco de no que se refere a ensinar e aprender, pra que a gente passe um conteúdo de valor para os alunos, e na verdade antes quando tínhamos o tradicional os professores tinham poder sobres os alunos e essa educação domestica que eles antigamente tinham era transmitida para sala de aula e hoje o professor não tem autoridade sobre os alunos e os alunos é quem tem poder sobre os professores, então é uma educação que ela fica muito a deriva e o resultado dela é que não tem aprendizado porque se o aluno aprende você da as notas mas se ele não aprende o sistema te obriga a dar as notas mesmo assim para eles não sejam reprovados então o que eu acho desse sistema atual é que um sistema fraco para que nos tenhamos um futuro com pessoas que realmente aprenderam.*

Análise: o professor queixa-se de uma inversão dos papeis de aluno e professor onde de acordo com ele, a autoridade do professor foi minguada pelo atual sistema, que a pretexto de dar maior liberdade para os alunos acaba produzindo uma anomalia educacional. Para o professor o sistema e o atual modelo de educação é ineficiente e fraco no quesito ensino aprendizagem, para ele o ensino tradicional usado tanto nas escolas como no ensino doméstico tinha mais eficiência.

O professor confessa ainda ser bastante tradicional em sua forma de ver o ensino e que uma educação em que o professor é tirado de seu papel de agente educador ou seja aquele que transmite o conhecimento, e é levado a uma posição de mero mediador entre o aluno e o conhecimento faz da sala de aula um ambiente onde a educação fica, nas palavras do mesmo, muito a “deriva”.

ANÁLISE COM AUTOR

4.3.1 Percepção do aluno que foi alfabetizado por meio da educação doméstica

O entrevistado é um homem de 51 anos de idade, morou com seus pais no interior, hoje é empresário, tem ensino superior e teve seu primeiro contato com qualquer tipo de instrução através de ensino doméstico, a ele as perguntas foram elaboradas no intuito de obter informações como a própria infância, sua alfabetização e sua visão do ensino doméstico atualmente.

Perguntado onde o entrevistado morava em sua infância, este respondeu que:

Resposta: *Eu morava aqui no estado do Para no município de Itaituba, em uma comunidade rural chamada Travessão do Itapacurazinho mas advindo de outro lugar. Até os 8 anos de idade eu morei no estado do Paraná.*

Análise: o mesmo disse que morava em uma comunidade rural no município de Itaituba, mas que veio de outro Estado, o Paraná, na região sul do país. Muitos das pessoas que tiveram instrução doméstica nos últimos anos, especialmente nas décadas de 70, 80 e 90 eram pessoas que moravam no interior onde o Estado em relação a educação era muito pouco presente.

A maioria dessas pessoas optava por ensinar seus filhos em casa ou colocá-lo sob a tutela de um terceiro por não haver opção. Esta é uma situação semelhante a afirmação de Vasconcelos (2004) onde a autora nos relata que em certos períodos da história como a idade média por exemplo, a educação doméstica é o único meio de instrução possível.

Foi perguntado ao entrevistado com quantos anos ele entrou em contato com qualquer tipo de ensino, o mesmo disse que:

Resposta: *Eu comecei a estudar na escolinha particular com uma professora paga pelo meu pai. Não era uma professora pública e sim particular, aos 8 anos de idade na mesma comunidade.*

Análise: O entrevistado afirma que seus pais o puseram aos cuidados de outra pessoa que iria instruí-lo, uma vizinha da comunidade, o entrevistado usa em sua resposta o termo escolinha, mas não se trata de uma escola, mas sim a casa da própria professora, o mesmo disse que começou a estudar aos 8 anos de idade, que seria hoje adequadamente a idade escolar da maioria.

Esta também é uma situação que pode ser remontada ao império romano assim como outras épocas encontramos o mesmo, onde segundo Aranha (2006) haviam muitos mestres que ensinavam em sua própria casa não somente um aluno mas muitas vezes vários daí o emprego do termo escola.

Perguntado como foi seu método de alfabetização, obteve-se a seguinte resposta:

Resposta: *O método de alfabetização foi doméstico é claro era uma professora que dava aula em sua própria casa, não tinha quadro negro, só havia uma mesa onde ela me ensinava o abc, as primeiras palavrinhas e aquilo era na parte da tarde, era uma maravilha aquela professora e ate hoje eu me recordo com todo carinho as primeiras letras, as vogais, eu achava fantástico, foi ali que tudo começou.*

Análise: o entrevistado comenta que o ensino que teve em sua alfabetização foi doméstica e que o lugar onde ele era ensinado era a própria casa da professora, não havia qualquer estrutura normal em uma escola, e que ele achava tudo muito entusiasmante. E foi naquela salinha que ele entrou em contato com as primeiras letras mesmo sem uma lousa giz livros entre outras coisas existentes em uma escola.

Diferentemente das escolas que hoje usam toda uma estrutura para o ensino toda a sala de aula é adornada com pinturas desenhos, utiliza-se brincadeiras para ajudar, ou seja todo um universo infantil é criado a fim de tornar a escola mais divertida possível.

Esta é a diferença primordial entre uma alfabetização escolar e uma doméstica, que utiliza um método mais tradicional onde a repetição e memorização são o método de aprendizagem que deva resultados mais rápidos. O que certamente foi utilizado no Brasil durante os primeiros séculos mas que chegou aos nossos dias. As mulheres eram na maioria das vezes as mais requisitadas nas fazendas para ensinarem os jovens, não somente as primeiras letras, mas muitas outras habilidades como o bordado que era ensinado as meninas como afirma (VASCONCELOS, 2004).

Indagou-se quanto tempo o mesmo levou para aprender a ler e a escrever e foi dada a seguinte resposta.

Resposta: *Então quando foi na década de 80 por esta professora, eu aprendi a ler e escrever em um ano e pouco eu já sabia, ler escrever ate porque eu já era*

um menino grandinho e eu gostava de estudar, então em um ano e meio eu já estava alfabetizado de forma mediana é claro.

Análise: o entrevistado relata que levou cerca de um ano para dominar escrita e leitura e também que ele gostava de estudar e por isso se dedicava. A idade em que o entrevistado diz entrar na escola é igual a idade em que começavam a estudar os filhos das famílias na antiguidade.

Como relata Aranha (2006) essa era a idade em que as famílias gregas e romanas começavam a instruir seu filhos, entre 7 e 8 anos. Atualmente é exigido que as crianças entrem bem mais cedo na escola, na verdade o processo de ensino começa geralmente nas creches.

Perguntado como a pessoa que o instruiu o ensinava e quais as dificuldades para aprender o entrevistado relata o seguinte.

Resposta: *Bom, a professora ensinava apenas com folha de papel, caneta, alguns, desenhos, mas a questão era essa de sentar perto do aluno e ensinar e se for possível pegar na Mão, tudo isso que as professoras fazem pra gente aprender ali os primeiros passos, não teve nada assim de especial, é claro porque na época tínhamos essas tecnologias, ate porque ela não era acredito eu, formada, era apenas uma mãe de família e vizinha nossa, meu pai pagava a ela muito pouco, imagino ate que não compensava todo aquele trabalho e eu era o único aluno.*

Análise: o entrevistado relata que para ensiná-lo a professora dispunha apenas de alguns materiais como caneta lápis e papel, mas que o centro desse processo de ensino era o contato direto com a professora onde ela segurava sua mão e o ensinava a desenhar as primeiras letras e que a professora que o ensinou não tinha formação superior, era apenas uma mãe de família e que recebia muito pouco pelo serviço prestado, isso porque a família também tinha muito pouco a dar.

A resposta acima é um retrato da dificuldade de instruir alguém nesta época por causa da dificuldade de materiais, bem difíceis até em tão, somente com o método de repetição e memorização já mencionados, pois como relatado pelo entrevistado não haviam as tecnologias de comunicação que hoje se tem à disposição, onde muitos pais, em países em que o ensino doméstico é aceito, se usam desta tecnologia para conseguir materiais e ensinar seus filhos da melhor e mais variadas formas possíveis.

Existem muitas pelo mundo que instituições que lutam pelo ensino em casa como a HSLDA, uma instituição que opera nos Estados Unidos, e que segundo

Boudens (2002) fornece para os pais praticantes do *Homescooling* todos materiais necessários a uma instrução em casa. Assim, forma-se todo um mercado bem promissor em torno da educação doméstica atual, onde muitas pessoas produzem materiais especialmente para os pais praticantes de educação doméstica

Perguntou-se quantas horas o mesmo estudava por dia e onde suas aulas ocorriam, e obteve-se o seguinte relato:

Resposta: *As aulas ocorriam na sala da casa dela, e eu estudava de 01h30 minutos da tarde até umas 5 horas pelo menos, com um intervalo.*

Análise: as aulas segundo o entrevistado ocorriam na casa da professora o por cerca de cinco horas diárias. Período que o entrevistado ficava na casa de sua preceptora é quase que igual ao tempo que hoje as crianças passam em sala de aula nas escolas.

A quantidade de horas ensinando varia de acordo com os praticantes do ensino doméstico pois, como afirma Aranha (2006) em Roma a educação doméstica não se dava apenas em casa onde a criança aprendia escrita e leitura mas durante todo o dia em que os meninos acompanhavam seus pais em todos os eventos e cerimônias públicas onde ele crescia já sabendo, observando o próprio pai, aprendiam seu papel na sociedade.

Sendo a educação do entrevistado inteiramente doméstica perguntou-se como seus pais a proviam? E quanto tempo durou este tipo de aula? Obteve-se as seguintes respostas:

Resposta: *Bom meu pai pagava minha professora mas não me lembro quanto, minha mãe ajudava no pagamento lavando roupas para a professora. Meu pai trabalhava na roça minha mãe também ajudava no trabalho doméstico. Eu estudei com essa professora uns dois anos ate que o estado mandou um professor praquela região.*

Análise: o entrevistado diz não lembrar quanto o pai pagava a professora, mas que se lembra de sua mãe ajudar no pagamento de sua instrução inicial lavando roupas para a professora, e que o mesmo estudou com essa professora durante cerca de 2 anos.

Os preceptores desde a antiguidade não foram uma classe de trabalhadores que tiveram a melhor remuneração, como no caso do entrevistado. Sua família era composta de pessoas muito humildes que tinham seu sustento tirado da terra, seu pai trabalhava na roça e a mãe ao ajudava pagar a professora lavando roupa para a

mesma, o mesmo aconteceu em outras épocas onde esses mestres eram segundo Aranha (2006) sempre simples e mal pagos, ajustavam-se em qualquer lugar, assim como no Brasil onde muitos vinham de outros países e chegando aqui iam trabalhar como preceptores em casa e fazendas cuidando da educação das crianças.

O entrevistado também diz que seu tempo de educação doméstica foi de aproximadamente 2 anos e que após esse tempo veio para comunidade um professor do município, esta foi a realidade de muitos jovens do campo de alguns anos atrás onde iniciavam sua instrução em casa e mais tarde continuava seus estudos na escola estatal.

Quando indagado sobre como ele percebe hoje, a educação doméstica obteve-se a seguinte resposta:

Resposta: *No meu ponto de vista hoje, aquele eram os bons tempos a onde a educação era uma responsabilidade dos pais, no caso os pais que teme essas condições de educar seus filhos, no meu caso meus pais eram praticamente analfabetos, eles não tinham condições então ele pagava uma professora particular. Eu vejo com bons olhos acredito que tem suas épocas, hoje tem seus métodos tudo muito bem avaliado e a educação também doméstica também tem seu lugar.*

Análise: de acordo com o entrevistado aquele tempo era um tempo bom ou propício para a educar em casa, pois educar a época era responsabilidade dos pais, mas que em seu caso, seus pais não eram alfabetizados. O mesmo diz que vê com bons olhos a educação doméstica e que ela tem seu lugar na sociedade.

Na resposta acima se nota uma mentalidade da época em que a educação era uma responsabilidade dos pais, a situação de hoje é um produto de leis atuais que proíbem que os pais sejam os únicos encarregados da instrução dos seus filhos, forçando-os a matricularem as crianças em escolas. As próprias constituições anteriores previam essa possibilidade e as mais antigas encarregavam unicamente os pais da educação dos seus e o Estado teria um papel secundário nessa área (VIEIRA, 2011).

Quando perguntado se o entrevistado proporcionaria esse tipo de instrução a seus filhos e por que, foi dada a seguinte resposta.

Resposta: *Como eu não tenho filhos pequenos estão já crescidos , já estudaram alguns já se formaram outros tomaram outros caminhos, já são donos de si, já se sustentam, tem suas vidas, mas falando de mim eu não faria, eu não proporcionaria essa educação pois sou um empresário e meu tempo é muito curto*

pra quase tudo, e minha mulher trabalha comigo, mas o pai e a mãe que tem essa condição e esse tempo suficiente, por que não ? eu acho que a educação domestica no geral tem suas raízes, os filhos aprendendo dentro de casa aprende muita coisa que na escola ele não vai aprender de forma alguma pois nos somos de formação diferentes, nos somos de culturas diferentes famílias e regiões diferentes, então eu acredito que a educação domestica, pra resumir ela traz pra nos grande parte daquilo que são nossas raízes e que do meu ponto de vista é muito valorizado.

Análise: em resposta a última pergunta o entrevistado diz que não proporcionaria uma educação inicial como a sua, por que seu tempo é insuficiente, seu trabalho não permitirá a ele algo assim, mas o entrevistado também diz que se os pais que tem essa condição e tempo suficientes poderiam fazê-lo.

Esta pode ser a resposta, se sairmos a perguntar para a maioria das pessoas o que elas fariam. Este é sem dúvida um direito de todos, de que as crianças tenham educação independente da condição de seus pais.

Este é o maior questionamento dos defensores da educação doméstica, pois o Estado a impossibilita tornando-a um crime, portanto o que é questionado é; como uma prática que foi um direito torna-se um prática proibida, quando ela é avaliada em outros países como um método eficiente (MOREIRA, 2009). Como disse o entrevistado a educação doméstica tem suas raízes ou seja, está na própria história da humanidade como algo comum.

A bibliografia levantada para base da pesquisa revela a presença ininterrupta da instrução doméstica ao longo da história. Desde a antiguidade nas primeiras civilizações nos grandes impérios do mundo antigo, perpassando pela Idade Média; um período onde a cidade perde espaço e dá lugar a vida no interior ou seja o sistema feudal; entrando pelo Renascimento, o Brasil colônia até os dias atuais.

As duas entrevistas confirmam o que revela toda a bibliografia, ou seja a ocorrência deste modelo educacional mesmo que em pequena quantidade nos dias atuais, no interior, nas áreas rurais onde o Estado não alcançava ou não tinha condições de levar escolas, mas as características do mesmo são similares as descritas na bibliografia pesquisada, sendo esta uma herança muito mais antiga do que parece, embora as memórias da maioria dos indivíduos não tenham ciência desta ou sequer consigam conceber a possibilidade de outra forma de instrução que não seja a institucional.

A bibliografia que baseia esta pesquisa mostra a presença da educação doméstica ao longo das fases da história humana como algo real e comprovável, mas que com o fortalecimento dos Estados modernos tem sido dificultada, principalmente a partir da Revolução Francesa que promulgando os direitos do homem transforma o Estado em agente proporcionador obrigatório desses direitos, e desta nova concepção advirá todas as leis que hoje regem a educação, monopolizando-a, como é o caso do Brasil, tornando o processo de crescimento do poder do estado sobre os indivíduos descrito por Bertrand de Jouvenel quase irrefreável.

Esta pesquisa, embora bem abrangente teve suas dificuldades quanto a fontes pois o objeto do estudado por ser não institucional quase não deixa rastros documentais, o que é um problema, por esta razão optou-se por fazer a pesquisa de campo anteriormente descrita, pois através da mesma pode-se constatar que mesmo em uma época em que os Estados quase que monopolizaram os meios de instrução, havia, em lugares onde seu poder ainda não tinha alcançado, o modelo de educação que é objeto desta pesquisa.

As duas entrevistas confirmam o que revela toda a bibliografia, ou seja a ocorrência deste modelo educacional mesmo que em pequena quantidade nos dias atuais, no interior, nas áreas rurais onde o Estado não alcançava ou não tinha condições de levar escolas, mas as características do mesmo são similares as descritas na bibliografia pesquisada, sendo esta uma herança muito mais antiga do que parece, embora as memórias da maioria dos indivíduos não tenham ciência desta ou sequer consigam conceber a possibilidade de outra forma de instrução que não seja a institucional.

Entretanto, esse trabalho não tem por finalidade construir um visão utopista de que todos devam abandonar o modelo institucional de ensino, para aventurarem-se na empreitada de instruir seus filhos, pelo contrário o que se quer mostrar é que este modelo foi uma alternativa viável e eficaz a todos que o optaram por ele ao longo da história e que os que queiram rumar pelo mesmo e detenham as condições de fazê-lo, tenham esta liberdade de escolha caso se julguem aptos.

5 CONCLUSÃO

A educação doméstica atualmente não é vista como uma forma adequada e legal para a transmissão A educação doméstica atualmente não é vista como uma forma adequada e legal para a transmissão de conhecimento. No entanto, em épocas passadas era a única a ser empregada, levando em conta as dificuldades de acesso que as pessoas tinham.

Após esta pesquisa pode-se chegar a um termo quanto ao papel desempenhado pela educação domestica ao longo dos tempos, pois a história dos homens consiste excepcionalmente na sua evolução enquanto ser civilizado, ou seja, seu modo de viver entre os demais. A evolução pode ser compreendida como uma empreitada rumo ao conhecimento, este conhecimento permite o aprimoramento das estruturas sociais que possibilitam o surgimento daquilo que hoje denomina-se sociedade, e esta necessita de uma organização interna que mantenha os padrões necessários a sua própria existência.

Portanto, observou-se que desde a antiguidade a instrução familiar foi de grande importância para o surgimento dessa estrutura que se conhece como Estado. A educação doméstica ao longo das eras posteriores a antiguidade foi um instrumento de formação de pessoas com a mesma finalidade que hoje tem a escola, pois uma das perguntas que serviram de norte para a realização deste trabalho foi a seguinte: foi o Estado o único provedor de educação legítima ao longo da história? A resposta foi que certamente não, pois o que se compreende hoje como educação é algo recente na história, o Estado por muito tempo não se preocupou com a educação de todos e esta tarefa era relegada a família que decidia qual seria o melhor meio de instrução (EVANGELISTA, 2017).

No Brasil observou-se a mesma coisa, a instrução domestica foi utilizada como meio de propagação de conhecimentos necessários ao desempenho dos papéis sociais, portanto o país tem, ao que pode-se constatar, uma longa tradição em educação doméstica, herança da cultura portuguesa, mas esta tradição foi interrompida por novas concepções de educação, ou seja, que somente através de instituições pode-se adquirir conhecimento legítimo, ou seja, educação centralizada. Apesar de muitos direitos terem sido proclamados nos últimos dois séculos, a liberdade dos indivíduos parece diminuir a cada lei que assegura um novo direito.

Se faz necessário frisar nesta conclusão as limitações da pesquisa que dificultaram a coleta de informações necessárias. Isto se deve ao fato de que as informações tanto de fontes diretas ou mediadas são extremamente escassas, porque a noção de educação como a tem-se hoje tornou-se quase onipresente e unilateral e que ofusca qualquer possibilidade de concepção de um outro meio de educação que não, o institucional.

Atualmente a educação doméstica pode ser vista como um movimento de resistência a essa uniformização da educação, os praticantes deste modelo insistem em fazê-lo como meio de preservar suas concepções, outros por acharem que a educação institucional, principalmente a pública, é demasiado ineficiente e querem darem a seus filhos uma melhor instrução, pelo menos é a opinião da maioria dos praticantes.

Por isso esse trabalho teve não somente o objetivo de evidenciar a prática constante de educação doméstica, como fomentar o debate sobre o tema, tendo em vista sua escassez e possivelmente abrir os olhos para um tema tão importante quanto a educação dentro da própria história, pois educação é fazer conhecer e história nada mais é do que o conhecimento de ações empreendidas por outros indivíduos que de alguma forma afetam ou influenciam a vida de todos, se não da maioria.

Procurando evidenciar os aspectos históricos do objeto de estudo e pondo menor foco nos debates pedagógicos, a pesquisa evidenciou o modelo de educação ou instrução familiar como um fato histórico a ser relatado não atendo-se a discussões ideológicas ou mesmo políticas, e abrindo o enfoque para outros estudos que venham a colaborar para uma melhor compreensão da história educacional não somente historiográfica bem como em outras áreas que tratem de conhecimento ligados a educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. S. **História do município de Itaituba: Importância Econômica e Geopolítica na Amazônia Legal, na Mesorregião do Tapajós e no Estado do Pará.** Curitiba: Editora CRV, 2012.

ANDRADE, Édison. Prado de. **A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação.** 2014. Universidade de São Paulo, 2014.

ARANHA, Maria. Lucia. Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BARBOSA, Luciane. Muniz. Ribeiro. **ENSINO EM CASA NO BRASIL. Um desafio à escola.** Dissertação (doutorado) Universidade de São Paulo, 2013.

BLOCH, Marc. **ASOCIEDADE FEUDAL.** Lisboa/Portugal: Edições 70, 2001.

BOUDENS, Emile. **Ensino em casa no Brasil. Brasília:** Câmara dos Deputados, 2002.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 01.** 17 de outubro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.html. Acesso em: 05 de agosto de 2019 às 23h.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil julho de 1834. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 23 de setembro de 2019 às 23h.

BRASIL. **STF adia possibilidade sobre julgamento sobre possibilidade de ensino domiciliar.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/08/30/stf-adia-julgamento-sobre-possibilidade-de-ensino-domiciliar.ghtml>. Acesso em: 28 de setembro de 2019 às 13:45h.

BRASIL. INSTITUTO LIBERAL. **STF e educação domiciliar no Brasil.** 27/08/2018. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/stf-e-a-educacao-domiciliar-no-brasil/>. Acesso em: 23 de setembro de 2019 às 23h.

EVANGELISTA, Natalia Sartori. **Educação Domiciliar e Desescolarização: mapeamento da literatura.** Monografia. Campinas, São Paulo, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/lucas/Downloads/EvangelistaNat%C3%A1liaSartori_TCC%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/lucas/Downloads/EvangelistaNat%C3%A1liaSartori_TCC%20(1).pdf). Acesso em: 23 de setembro de 2019 às 23h.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Acesso em: 17 de julho de 2016 às 18:30 min.

JOUVENEL, Bertrand de. **O poder, história natural de seu crescimento.** São Paulo: Peixoto Nero, 1972.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ILHIC, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009.

GILES, Thomas Ransom. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GOFF, Jaques Le. **A CIVILIZAÇÃO DO OCIDENTE MEDIEVAL**. Editoria Estampa, 1995.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning. 2003.

MANACORDA, Mário Aliguiero. **História da Educação Pedagogia**. São Paulo. Cortez editora, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Jose Joaquim Pereira. **EDUCAÇÃO E O ESTADO ROMANO**. 2005. Disponível em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1331/1140>. Acesso em: 11 de outubro de 2019 às 22:56h.

MORAN, C. E. **How to Regulate Homeschooling. Whi History supports the Theory of Parental Choice**. Universityof Illinois law Review, 2011.

MOREIRA, Alexandre Magno Fernandes. **Homeschooling: uma alternativa constitucional a falência educacional no Brasil**. 2009

PERROY, Eduard, A **Idade Media: preeminência das civilizações orientais**; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA. Glauci Maria Pinto. **Limitação a autonomia parental na educação dos filhos**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres; a educação nos Brasil dos oitocentos**. Rio de Janeiro: Grijphus, 2005.

PAIM, Antonio. **Evolução histórica do Liberalismo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. V. 1

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

Este questionário tem como finalidade contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: **ENSINO DOMÉSTICO E SUA PRESENÇA AO LONGO DA HISTÓRIA: Relatos de pessoas que tiveram acesso a este tipo de ensino.**

1 Perfil e identificação do entrevistado:

- a) Idade: _____
- b) Sexo: () masculino () feminino
- c) Escolaridade/ Área de Formação: _____
- d) Profissão: _____

2 Onde você morava em sua infância?

3 Com quantos anos você entrou em contato com qualquer tipo de ensino?

4 Como foi seu método de alfabetização?

5 Como e por quem isso foi proporcionado?

6 Quanto tempo levou para você aprender a ler e a escrever?

7 Como a pessoa que o instruiu o ensinava? Quais as dificuldades para aprender?

8 Quantas horas você estudava por dia e onde suas aulas ocorriam?

9 Havia outras pessoas que também eram ensinadas da mesma forma que você?

10 Sendo sua educação inteiramente doméstica como seus pais a proviam? E Quanto tempo durou este tipo de aula?

12 Como você percebe hoje, a educação doméstica?

13 Se você pudesse, proporcionaria esse tipo de instrução a seus filhos? Por que?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Este questionário tem como finalidade contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: **ENSINO DOMÉSTICO E SUA PRESENÇA AO LONGO DA HISTÓRIA: Relatos de pessoas que tiveram acesso a este tipo de ensino.**

1 Perfil e identificação do entrevistado:

a) Idade: _____

b) Sexo: () masculino () feminino

c) Escolaridade/ Área de Formação: _____

d) Profissão: _____

2 Como você foi alfabetizado?

3 Como sua carreira como professor começou?

4 Em quais modelos de educação o senhor atuou?

5 Como o senhor ensinava e quais os métodos?

6 Por quantos anos o senhor ensinou de forma privada ou seja sem vínculo com o Estado?

7 Como hoje o senhor analisa hoje a educação doméstica? Seria um modelo eficiente, por que?

8 O que o levou a ensinar de forma doméstica? Por quantos anos?

9 Quais as dificuldades do processo de ensino doméstico?

10 O que o senhor pensa do atual modelo de educação?
